

## 4. Um programa de leitura como pesquisa- intervenção

### 4.1. Gênese e Instituição do Proler

*Um trabalho de redescoberta do Brasil,  
comparável àquela que, na modernidade,  
resultou nas viagens etnográficas de um  
Mário de Andrade<sup>1</sup>.  
Ricardo Oiticica*

Os contextos histórico e político em que as pesquisas que deram início ao Proler se desenvolvem são marcados por uma perspectiva de retorno ao Estado de Direito, em que a legislação que garantia aqueles direitos também se reformulava, a partir da convocação aos congressistas, em 1986, para que se instalasse a Assembleia Nacional Constituinte. Havia, na época, “uma sede de participação sem precedentes, motivada pelo longo jejum da ditadura, [e] pelo desejo de contribuir para a definição de um novo estatuto para a democracia”<sup>2</sup>.

A política educacional desse período e que abrange quatro governos: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi, inicialmente, de indefinição, no governo Sarney, batizado de Nova República.

Clientelismo, tutela e assistencialismo foram os três vetores da administração educacional da Nova República, que nesse aspecto só se distingue dos grupos militares por juntar-lhes uma bombástica retórica “Tudo pelo social” e pela prática da cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não poupar, na troca de “benefícios” governamentais por apoio político<sup>3</sup>.

Com as primeiras eleições diretas, após a ditadura, Fernando Collor de Mello é eleito com uma retórica de moralização das instituições públicas. Seu governo, entretanto, desde os primeiros momentos, causa forte impacto na população pelas medidas polêmicas com que inaugura sua gestão. Na área da educação, a política de enxugamento do Estado, seguindo a lógica das privatizações, provoca perplexidade e preocupação nas “sociedades científicas e

[...] entidades organizadas dos educadores contra a extinção de órgãos”<sup>4</sup> como a CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que acabam sendo poupados. O período caracteriza-se pelo imprevisto, mesmo que alguns programas institucionais tenham sido produzidos, como o PNAC- Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, divulgado em setembro de 1990, o Programa Setorial de Ações do Governo Collor na área de Educação 1992-1995, no final do mesmo ano e o documento *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*<sup>5</sup>, em fevereiro de 1991. “A perda de credibilidade do grupo alagoano já se instalara, entretanto, culminando com o *impeachment* do presidente, envolvido e denunciado em casos de corrupção, e o estado espetáculo começa a fazer água”<sup>6</sup>. Ainda no governo Collor, em 1991, foi criada a Lei nº 8 313 – Lei Rouanet, elaborada pelo diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, secretário de Cultura da Presidência (1991-1992). Essa lei, que substituiu a Lei Sarney, criada em 1986, faz parte da política dos governos pós-ditatoriais para a área de cultura, configurando-se leis de incentivo à cultura<sup>7</sup>.

Nas suas disposições preliminares, a lei Rouanet avança em relação às práticas intervencionistas do Estado na produção cultural e prevê a promoção da regionalização da produção cultural, o livre acesso às fontes de cultura, a valorização das manifestações culturais e de seus criadores, a preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro, o estímulo à produção e difusão aos bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória e prioridade ao produto cultural nacional<sup>8</sup>.

Nessas circunstâncias, o Proler é instituído oficialmente pelo Governo Federal, como Programa Nacional de Incentivo à Leitura, através do Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, que estabeleceu seus objetivos, suas atribuições, os recursos de que poderia dispor e o órgão gestor do programa, a Fundação Biblioteca Nacional, instituição subordinada ao Ministério da Cultura- MinC.

Nessa ocasião, já havia um programa estruturado com metas fixadas, com fundamentos teóricos e estratégias de atuação planejadas, ainda que todo o planejamento fosse passível de discussão e de reformulações no decorrer do processo. A proposta apresentava o programa como uma pesquisa em processo. Nos sete documentos que foram produzidos então já se previa a atuação em vários espaços, não se limitando as ações ao espaço da escola. Também livrarias,

bibliotecas, empresas, hospitais, presídios, meios de transporte, escolas, Universidades e instituições poderiam participar do programa que estabelecia algumas regras a serem observadas para que os acordos se fizessem. Um desses documentos tratava da leitura e da educação ambiental, propondo a criação de bibliotecas ecológicas, envolvendo professores.

Como sede do Proler foi criada a Casa da Leitura, situada na rua Pereira da Silva, nº 86, Laranjeiras, Rio de Janeiro, inaugurada em 13 de agosto de 1993.

A casa, espaço físico onde moramos, está impregnada. Na sua história mínima de obra construída, ela tem marcas. Desde o projeto, no papel, onde pensa o arquiteto, que possibilidades oferecer a quem morar nela. A casa. A sala e os quartos – a luz que nos desperta pela clarabóia da manhã, o vento arejando ambientes. Que novo movimento farão as pessoas em sua nova casa? O arquiteto tem na sua cabeça várias histórias para que alcance o projeto definitivo. Ah! Mal sabe ele que as histórias são infinitas – cada morador fará dessa casa uma história a mais nas histórias de suas vidas<sup>9</sup>.

A proposta do Proler, desde a sua criação, era a de se instituir como uma Política Pública de Leitura, no país, com recursos próprios para sua implementação, e que teriam origem em um fundo criado com essa finalidade. A iniciativa de instituir o programa vem legitimar as pesquisas desenvolvidas “entre 1984 e 1989, primeiro na PUC-Rio e depois na FNLIJ<sup>10</sup>, com apoio do CNPq e mais tarde da FINEP”, ambas sob a coordenação da professora e pesquisadora de Literatura Infantil e Juvenil, Eliana Yunes, na época, Secretária Geral e responsável pelo CEDOP (Centro de Documentação e Pesquisa) da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ.

A FNLIJ trazia em sua história recente uma experiência de duas décadas na divulgação da Literatura Infantil e Juvenil e na formação de leitores. Fundada em 1968 e reconhecida como de Utilidade Pública Federal, em 09.07.85, seu Conselho Administrativo tem sido formado por personalidades de expressão na área da Literatura e do circuito acadêmico.

Como toda instituição que depende de verbas públicas ou privadas, a FNLIJ, em 1989, passava por grave crise financeira. Ao conclamar a sociedade a se unir com a finalidade de salvar a Fundação, seus dirigentes registravam “que não é fácil sensibilizar as autoridades e muitos empresários para projetos culturais, em decorrência da pouca importância que se dá a esse setor”. Assim também ocorre, diziam eles, com a educação e a saúde. Alertavam, ainda, para a “ falta de

visão do retorno que o investimento em cultura pode dar, a médio e longo prazos, a este país”<sup>11</sup>

A experiência dos pesquisadores que há muito se debruçavam sobre a questão da leitura vai determinar o rumo das pesquisas, apontando para “a necessidade de se estabelecer uma Política Nacional de Incentivo à Leitura com metas e estratégias claras”<sup>12</sup> e que garantisse o compromisso governamental de prover recursos financeiros para a sua implementação. Estes dados, apresentados em 1992 à FBN, condensam-se em sete documentos de autoria de Eliana Yunes e definem as bases para a criação do Proler (1992-1996)<sup>13</sup>.

- Por uma Política Nacional de Leitura
- Anteprojeto para uma Política Nacional de Incentivo à Leitura
- Para entender a proposta do Proler
- Proposta para o desenvolvimento do Programa de Leitura – Proler – a partir das Bibliotecas Públicas
- Leitura na Livraria
- Prazer de Ler: Piloto para Proler em Empresas, Universidades e Instituições Diversas
- Leitura e Educação Ambiental

O primeiro documento tece um breve panorama da situação da promoção de leitura no país, através de projetos experimentais, e apresenta os resultados dos encontros realizados em Guadalajara, em 1989, e em Bogotá, em novembro de 1990, e cujo tema versava sobre o estabelecimento de Políticas Públicas de Leitura nos países latino-americanos, pois esse esforço “corresponde à mudança profunda das condições sócio-econômicas [que] dependem da disseminação da informação, e que [...] passa, seguramente, pela leitura crítica da palavra e do mundo”<sup>14</sup>.

O segundo documento, à guisa de introdução, apresenta alguns dados extraídos das pesquisas a comprovar que o Estado não tem investido seriamente na formação de leitores. Discute as causas do insucesso dessas ações e a possibilidade de revertê-las. Alerta, ainda, acerca da importância do domínio da linguagem, tanto oral quanto escrita, para o acesso à cidadania e, portanto,

condição absoluta para a transformação da sociedade. Na sequência, apresenta as estratégias políticas do programa, definindo as condições básicas para sua implementação, recorrendo a exemplos de experiências anteriores que tiveram êxito. Estabelece, ainda, suas metas, objetivos específicos, mecanismos, ações e o seu modo de execução. Acompanham este documento dois anexos que sugerem projetos-piloto para as bibliotecas públicas e para a execução do programa nos municípios.

Quanto às pesquisas que fundamentam teoricamente o Proler e que vão servir de base para sua instituição, enquanto Política Nacional de Leitura, as referências encontram-se no terceiro documento e do qual extraio alguns dados dessa iniciativa direcionada a promover as condições para a formação de leitores no país. No documento, há informações mais detalhadas sobre a experiência que definiu a orientação a ser imprimida ao programa e que, segundo entrevista<sup>15</sup>, resultou não só das pesquisas desenvolvidas entre 1984 e 1989, mas, também, dos dados coletados através do Centro de Documentação e Pesquisa, implantado por Eliana Yunes, na FNLIJ, durante sua gestão<sup>16</sup>. Esses dados, aliados a tantos outros, oriundos de experiências em demais instituições, permitiram avaliar vários projetos criados, principalmente na década de 80, para a promoção da leitura. O resultado destas análises mostrou, segundo os pesquisadores, uma série de equívocos que comprometiam tais iniciativas.

Na certeza de que a correção desses rumos seria possível, se houvesse compromisso político com a promoção da leitura, Eliana Yunes apresentou a um número expressivo de especialistas na área da leitura, ligados profissionalmente a várias instituições universitárias do país, uma proposta que enfatizava cinco aspectos, considerados de alta relevância para o êxito de uma Política Nacional de Leitura: “capacitação permanente de recursos humanos, dinamização/ampliação de acervos; formação de uma rede de informação sobre a leitura; uso de tecnologia de multimídia e meios massivos; avaliação paralela permanente”.

A reação à proposta frustrou suas expectativas. Segundo registrado no terceiro documento, “poucos demonstraram interesse efetivo por um debate de fôlego capaz de pressionar o Estado para a tomada de decisão política que lhe caberia”.

A tentativa de “formar um colegiado consultor na FBN que pudesse orientar as atividades para uma Política de Leitura” também não encontrou

ressonância entre os que foram consultados. Esta mesma iniciativa é, então, retomada por Eliana Yunes após o convite para assessorar a presidência da instituição, no desenvolvimento de uma Política Nacional de Leitura. A partir de então foram atingidas duas metas do então Presidente da FBN: “a reestruturação da rede nacional de bibliotecas que passaram a constituir o Sistema Nacional de Bibliotecas e o Proler”<sup>17</sup>.

Dessa forma, e “com o cuidado de evitar se impor como um plano verticalizado”<sup>18</sup>, o programa foi-se definindo, então, já como uma iniciativa da FBN, que oferecia assessoria para “ações regionalizadas de promoção da leitura”, orientação na formação de recursos humanos e apoio na busca de parcerias para viabilizar tais ações. Os contatos eram feitos através da Casa de Leitura, no Rio de Janeiro, sede do Proler, ou por telefone, carta, ou ofício<sup>19</sup>.

A oferta se materializava através da disponibilidade de pessoal qualificado para estabelecer contato com as instituições locais e promover a formação de “um comitê local interinstitucional, integrado por professores, empresários, agentes de comunicação, entre outros”, em cada uma dessas localidades, com o objetivo de “levantar os dados e as condições do trabalho a ser desenvolvido”. Nestes contatos preliminares, selecionavam-se os profissionais que comporiam o “futuro núcleo pedagógico” da localidade e com o qual se integraria a equipe de especialistas do Proler, para desenvolver o módulo inicial, uma vez que o plano do programa supunha a realização, inicialmente, de cinco módulos temáticos, conforme se confirma no seguinte depoimento: “O programa se organizou em módulos. A instituição, cidade, ou grupo que aderiu ao programa passava a realizar regularmente os módulos de formação do leitor”<sup>20</sup>.

Após esses primeiros contatos, formalizava-se o compromisso entre as autoridades e instituições locais e a Fundação Biblioteca Nacional. Este acordo previa “a realização das etapas de um programa de, no mínimo, dois anos, envolvendo toda a comunidade, numa série de iniciativas articuladas”. Quanto aos encargos financeiros, eram divididos entre a FBN e o comitê local, formado por entidades que assumiam o compromisso de realizar os eventos e dar continuidade ao programa em suas cidades. Também lhes cabia a tarefa de prover pessoal capacitado para as necessidades que fossem surgindo a partir dos encontros e das oficinas.

Paralelas às reuniões promovidas para implementar o programa, outras eram agendadas com a finalidade de orientar as demais ações propostas como, por exemplo, a criação de bibliotecas públicas e a ampliação de seus acervos.

O Proler, por sua capacidade de articulação política, se propunha, ainda, trabalhar junto aos órgãos públicos e entidades privadas, bem como junto às fundações de amparo à pesquisa de modo a possibilitar ações que favorecessem o êxito do programa. Desta forma, oferecia assessoria técnica aos estados e municípios interessados e promovia o intercâmbio internacional, especialmente com países da América do Sul, em parceria com o CERLALC (Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e Caribe)<sup>21</sup>.

Muitas de suas ações desenvolviam-se na Casa da Leitura, em Laranjeiras, Rio de Janeiro. “Um lugar onde se lê, o lugar onde se pensa a leitura, onde se faz por onde, onde se divide o prazer de Ler”<sup>22</sup>.

Sempre aberta à comunidade, a Casa funcionava como um laboratório de pesquisas, com foco especial em formação de promotores da leitura. Este laboratório de pesquisas abrigava o Centro de Práticas Leitoras- CPL, o Centro de Referência e Documentação- CRD, o Centro de Pesquisa e Formação de Leitores- CPFL e o Centro de Formação de Recursos Humanos- CFRH.

Outras iniciativas da Casa da Leitura propiciaram a promoção de espaços para o estudo da leitura. Esses espaços eram oferecidos a quem se interessasse: à comunidade em geral e a profissionais que trabalhavam com a leitura. Assim, iniciou-se o “Núcleo de Estudos em Leitura”, formado, inicialmente, por um grupo de quinze funcionários da Casa da Leitura. Criou-se, também, o Ciclo de Palestras “E por falar em ler...” que, “a partir de temas centrais dos seminários de capacitação de recursos humanos, organizados pelo Proler em todo o Brasil”, oferecia aos especialistas que deles participavam a oportunidade de discutir e aprofundar aqueles temas<sup>23</sup>.

Além desses centros, o programa criou o Setor de Pesquisa e Avaliação do Proler- SPA - com o objetivo de fazer o acompanhamento do impacto de suas ações, e a Divisão de Publicações, para divulgar material relativo à leitura e ao programa, visando a envolver a sociedade no compromisso de formar leitores.

Segundo os documentos, o Proler (1992-1996) estabeleceu como princípio fazer da leitura uma prática social comunitária em todos os espaços

possíveis. Isso por acreditar que, na medida em que toda a comunidade valorizasse a leitura, seria possível mudar a escola e a própria sociedade.

Um programa de leitura que partisse dessa realidade tinha de ser planejado considerando, além da grande diversidade cultural do país, a amplitude das áreas de atuação, atingindo toda a sociedade, através das várias instituições públicas, mas também, investindo nas parcerias possíveis com os demais representantes dessa sociedade: sindicatos, empresas, organizações não-governamentais, sistema escolar privado, envolvendo essas instituições com o programa. Sem uma ação conjunta muito pouco se conseguiria, considerando os sempre poucos investimentos do poder público nas áreas da Educação e da Cultura.

Os pressupostos teóricos e os princípios pedagógicos do programa já estavam definidos. A partir de então, o Proler estabeleceu sua estratégia metodológica que se materializou em cinco módulos, planejados como o espaço da formação de agentes de leitura em todas as comunidades que se interessassem em aderir ao programa. A criação dos módulos foi motivada pela conclusão de que para formar leitores era necessário antes formar o leitor, ou seja, o mediador, que seria, então, o multiplicador das práticas leitoras na comunidade.

As experiências dos pesquisadores comprovavam que o professor, figura que projetava, até então, as grandes esperanças das propostas de formação de leitores implementados no país, não era um leitor. Esta evidência que já se impunha como um dado relevante nas pesquisas da década de 80, ainda hoje causa perplexidade nos responsáveis por definir as políticas públicas de leitura no país. É difícil aceitar que o professor não seja um disseminador da cultura, que não tenha interesse pela leitura, considerando sua responsabilidade e a força de sua imagem diante dos alunos. Esquecem-se das condições a que foi relegada essa categoria. Preferem ignorar que, em função da desvalorização que sofreu, o magistério já não atrai o estudante que tem acesso aos bens culturais, ficando relegado aos menos favorecidos e que, num efeito cascata, vão agravando o fosso criado pela exclusão social.

Além dos módulos, o programa promovia ações que modificavam as práticas dos profissionais que dele participaram e daqueles que a ele aderiam, através de formação continuada que acontecia nos encontros, nos seminários, nas ofertas de oportunidades de aprofundamento teórico, na Casa de Leitura, e das oficinas que aconteciam nos diversos municípios onde atuava.

Essa experiência foi de suma importância para a minha vida profissional, acadêmica e pessoal. Na época, eu estava envolvida com o Proler, que era possível trabalhar com a leitura fora do ambiente escolar. Pude presenciar inúmeros trabalhos em empresas, hospitais, etc., o que foi uma abertura teórica e prática em meu campo de trabalho. Pude aprender muito com as discussões sobre a seqüência teórico-metodológica dos Módulos porque participávamos. Todos da equipe eram ouvidos, coordenados por Eliana, e, depois da realização de um Módulo, havia avaliações e acertos nas discussões porque novos parceiros surgiam e novas direções eram criadas. Eu gostava muito de que o Proler estivesse sendo construído à medida que crescia, o que era um incentivo para todos os envolvidos. Foi um belo trabalho de parceria, de trocas na perspectiva da promoção da leitura. (Maria Luiza- Entrevista anexa)

Conforme os depoimentos, o programa consistia num verdadeiro laboratório de pesquisa, avaliando e reavaliando as práticas num processo constante e operando transformações no campo social, na qualidade de pesquisa-intervenção, condição que se manifesta através dos encaminhamentos e das ações que orientaram as práticas dos pesquisadores que o conduziram, entre 1992 e 1996, e que se acham sintetizadas na apresentação do documento *Caderno de Leitura* (1994):

Os Cadernos de Leitura, como documentos do Proler, foram pensados desde o primeiro encontro pedagógico, organizado entre a Casa da Leitura e a UESB. No entanto, prioridades como o próprio trabalho de reunir profissionais de diversas áreas sociais e humanas para pensar, praticar, planejar e exercer práticas leitoras, em mais de uma centena de municípios brasileiros, tomou-nos os recursos que seriam aplicados também em publicações. O Caderno Zero sai com dois anos de atraso e as contribuições de caráter pluridimensional, pela origem e posicionamento de seus colaboradores, refletem o primeiro momento desta busca, na prática, de uma discussão teórica e metodológica. De lá pra cá, como convém a “uma pesquisa em processo” diante deste tipo de programa (que não se confunde com projeto ou campanha) muito se apurou, refletindo e exercitando, com delineamentos mais precisos, a pedagogia gerada nestas práticas cotidianas que, como um laboratório de pesquisa, a Casa da Leitura vem propiciando ao Proler. [grifo nosso]<sup>24</sup>

Ainda que tivesse esta dimensão de pesquisa-processo que se auto-avalia constantemente o Proler era um programa que já se iniciou estruturado para se instituir como Política Nacional de Leitura; não era apenas mais uma alternativa entre tantas outras. O grupo de pesquisadores que o criou, segundo o que foi coletado na pesquisa, conhecia profundamente o terreno em que pisava, na área da leitura, e tinha propostas consistentes para um trabalho responsável e planejado para estar funcionando efetivamente em uma década.

O Proler foi o primeiro programa de incentivo à leitura no país, ele tem 15 anos. Eu acho que nenhum programa dura 15 anos. Então, muda governo, sai governo, mesmo nesses três anos em que ficou parado, como as pontas já estavam muito azeitadas, ele continuou. Ele é um Programa Pioneiro. Foi a primeira vez que se discutiu uma política de leitura no país. Agora infelizmente a gente ainda continua discutindo, porque não teve nenhum governo que tivesse vontade política realmente de implantá-las. (Elia Pszczol- Entrevista anexa).

Falando acerca dos comitês locais que eram criados nos acordos firmados com o Proler, e que, apesar de o programa, após 1997, ter ficado inativo por três anos, Bartolomeu Campos de Queirós, um dos entrevistados, justifica o bom andamento dos trabalhos iniciados nesses comitês, apontando para a autonomia com que as pessoas trabalhavam. “O Comitê local assumia aquilo e funcionava muito bem, recebia muito bem, preparava tudo pra gente fazer, mobilizava muita gente, eram muitos participantes nesses encontros”. Como diz Elia Pszczol: “as pontas já estavam muito azeitadas”.

#### 4.2.

#### **A pesquisa-intervenção como potência instituinte**

Reverendo as circunstâncias da criação do Proler, analisando as demandas que lhe deram origem e levando em conta as mudanças que promoveu nas localidades por onde expandiu suas ações, o programa se apresentou como uma pesquisa-intervenção, com a proposta de se instituir como Política Pública de Leitura no país, de modo a operar transformações institucionais, ou seja, intervindo no campo social.

A pesquisa-ação e a pesquisa-intervenção apresentam algumas diferenças. Enquanto a primeira envolve o grupo, na análise da sua *praxis*, a pesquisa-intervenção tem como ação intervir no campo institucional onde o grupo atua, operando mudanças.

[...] a pesquisa-ação é uma atividade de compreensão e de explicação da *praxis* dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, com o fito de melhorar essa *praxis*. A pesquisa-ação institucional é um tipo particular de pesquisa-ação cujo objeto refere-se ao campo

institucional no qual gravita o grupo em questão. Trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora enquanto célula simbólica<sup>25</sup>.

Nem sempre uma pesquisa-ação é uma pesquisa-intervenção, entretanto, toda pesquisa-intervenção é uma pesquisa-ação. Melhor explicando, quando os grupos sociais refletem sobre sua *praxis*, com a intenção de reformulá-la para melhorar sua atuação temos uma ação em processo. Quando o grupo, a partir destas ações, intervém com vistas a promover as transformações no campo social temos a pesquisa-intervenção.

A intervenção supõe que os intelectuais, implicados com as questões que os mobilizam, promovam-nas “em situação, que consiste em analisar as relações que as múltiplas partes presentes no jogo social mantêm com o sistema manifesto e oculto das instituições”<sup>26</sup>.

Na pesquisa-intervenção, as estratégias “têm como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional”<sup>27</sup>. Esta análise possibilita a desconstrução de territórios e faculta a criação de outros modos de existência. Um movimento instituinte pode, nesse caso, promover a reinvenção de outras possibilidades de convivência social mais solidárias, mais justas, mais éticas, mais humanas, desde que aqueles que o impulsionam estejam implicados com tais condições. É o que se percebe nas mudanças ocorridas com vários professores universitários que passaram a entender a formação de leitores sob outra perspectiva, da qual estavam distanciados, em virtude de um modelo construído e engessado.

Os livros precisam ficar ruidosos, movimentando-se ao saber das mãos e ao perscrutar dos olhos, caminhar entre mesas e balcões, abrir brechas nas prateleiras, como a se iniciarem pelo modo com o qual, em uma cidadezinha qualquer, curiosam os passantes pela fresta das janelas. A prática da leitura ( e da escrita) deve ser o que se revele capaz de conjugar os versos e de dedilhar os números, permitir anotações, estimular pelo enigmático intercâmbio de idéias e pela persuasão, conduzir ao pensamento de inventividade, garimpar o gosto estético. A escola, nesse cenário, deve transitar de seu caráter educativo para a sua essência educadora, à procura da desescolarização do ato de ler e do ato de escrever, para fazer-se memória. Não no sentido de não poder transformar-se, mas pela escassez do que se reclama como exercício permanente de reflexão. (Santinho- Questionário anexo).

A potência instituinte da pesquisa-intervenção se dá na medida em que suas ações são capazes de desestabilizar “modos de ação já recorrentes na instituição”<sup>28</sup>. Sendo o Proler produto de uma pesquisa, esta teve as oportunidades de se ampliar quando a proposta foi aceita pela Fundação Biblioteca Nacional e, posteriormente, pelo Governo Federal, como Programa Nacional de Incentivo à Leitura, delineando e fortalecendo os fundamentos de uma teoria da leitura. Se a leitura fora eleita, inicialmente, como tema de uma pesquisa-ação que, nesta ação, traçara as diretrizes do programa, o próprio programa de leitura e de formação de leitores, em sua implementação, tornou-se o espaço privilegiado de uma pesquisa-intervenção, com o sentido de promover transformações no campo social em que se desenvolvia e onde os pesquisadores atuavam.

Consideremos que a leitura representa uma questão crucial em nossa história política, econômica e social. Mesmo nos grandes centros que, com o apoio das universidades, se envolveram diretamente no problema, trazendo a discussão para o espaço acadêmico, os resultados das pesquisas apontam para a gravidade da situação. Hoje não é apenas a Faculdade de Educação ou a de Letras que têm em sua grade curricular a disciplina de Língua Portuguesa. Todas as áreas do conhecimento indicam essa necessidade, visto que os alunos vêm despreparados para enfrentar os desafios da leitura nas várias disciplinas.

Em 1992, quando iniciou suas ações, o Proler insistia na parceria com as universidades, por ter divisado esta necessidade. Algumas delas apresentam cursos de nivelamento para garantir ao alunado um bom aproveitamento.

#### **4.2.1.**

#### **Módulos: primeiras ações da pesquisa-intervenção**

O arcabouço teórico que fundamentou a criação do Proler tem suas fontes nas mais diversas teorias que se desenvolveram a partir de meados do século XX e que aos poucos chegavam ao país. Construído por uma equipe de pesquisadores em constante produção teórica e em diálogos permanentes com seus pares, tanto no Brasil quanto no exterior, o programa teve, devido a essas condições, possibilidade de aprofundar a reflexão e a pesquisa e rever insistentemente seus

pressupostos. Segundo depoimentos dos pesquisadores que participaram do Proler, cada nova teoria era analisada, discutida, comparada, criticada e, finalmente, utilizada, considerando o que trazia de adequado à proposta do programa. Em meio à farta bibliografia a que os profissionais que a essa tarefa se dedicavam tiveram acesso, foi-se consolidando um referencial teórico que transita por vários domínios do conhecimento, privilegiando, pois, o enfoque interdisciplinar. Esta dimensão do programa é apresentada nos Princípios Pedagógicos do Proler.

O Proler, tal como hoje é conduzido, coloca-se explicitamente a favor da leitura concebida como exercício permanente do homem em sociedade, que interage com as situações, amplia seus horizontes e se reposiciona face ao real. Este percurso pode ocorrer à análise do discurso, à análise de textos literários ou lançar mão da teoria da comunicação e de outras perspectivas da interdisciplinaridade. Por isso, são historiadores, semiólogos, artistas, autores, antropólogos, profissionais de áreas diversas de formação, convidados a participar dos encontros de formação de recursos humanos...<sup>29</sup>

Dessa forma, ao avaliar estes pressupostos teóricos, percebem-se teorias de variadas origens, escolas e áreas de estudo, dialogando produtivamente em função da leitura. Isso se deve à amplitude e complexidade que se dá ao tema e às especificidades com que é tratado.

A leitura no Proler era considerada sob nova perspectiva, não apenas em seus pressupostos teóricos, mas enquanto bandeira de luta pela implantação de uma política nacional de leitura no país. A propósito, um dos questionamentos que justificam a criação do programa ressalta a importância do acesso irrestrito de toda a população à leitura como componente propulsor da formação de cidadãos que, conscientes dos seus direitos, teriam possibilidade de promover a justiça social, que surgiria não como dádiva, mas de sua condição desejante, aliada ao seu poder instituinte de transformação. A consciência da nossa situação, enquanto povo, era sinalizada nos documentos que justificavam a necessidade de se instituir o Proler.

A questão que nos separa do primeiro mundo é tida como econômica, mas na verdade somos povos de futuro duvidoso, porque não somos capazes de ler e lidar com as decisões que se tomam mais além, com respeito a nosso presente e futuro<sup>30</sup>.

Esse fragmento aponta para a alienação do povo quanto a questões de seu interesse a afetá-lo diretamente. Diante desta realidade, surge a proposta de participação de todos na luta para transformá-la, através do compromisso com a promoção da leitura, alçada à condição de política nacional e, portanto, assumida institucionalmente, como um “impulso articulado das forças vivas e lúcidas da sociedade que reconhecem a leitura como instrumento básico de todo o desenvolvimento”<sup>31</sup>.

Considerando-se que “a expressão livre do pensamento e o domínio da linguagem são condições indispensáveis para a compreensão dos sentidos e a participação política responsável”<sup>32</sup>, entende-se a amplitude de possibilidades oferecidas através de um programa de leitura que se disseminasse por todo o país com o apoio governamental.

Acresce que a apropriação dos conhecimentos que emanam das teorias que fundamentam o programa permite uma reflexão profunda sobre a leitura, trazendo para o debate questões que têm sido tema de pesquisas recentes e que exigem novas abordagens teóricas. Entre estas, destacam-se: a dimensão semiótica da linguagem, que amplia o conceito de leitura; a definição do ato de ler, que passa a considerar a interação do texto com o leitor, aspecto até então ignorado; a produção de subjetividades e o processo de singularização; a experiência da memória interagindo com a leitura, a ampliação do espaço antes considerado como ideal para a formação de leitores e que não se circunscreve, apenas, à escola; a análise do discurso, que nos impele a “uma relação menos ingênua com a linguagem” e a interpretação “como um diálogo entre leitor e obra”. Estas abordagens que renovaram as práticas de leitura e de formação de leitores na experiência que foi o Proler, configuram uma teoria da leitura, apresentada em síntese, na obra “Pensar a Leitura: complexidade”<sup>33</sup> e foram planejadas para aplicação em cinco módulos que seriam desenvolvidos como estratégia metodológica na formação de mediadores. Com a dissolução do programa, em 1996, apenas no núcleo de Vitória da Conquista, o primeiro a ser criado pelo Proler, foi possível dar sequência aos cinco módulos. Em outros locais alguns comitês chegaram ao terceiro módulo, caso do Município de São Mateus, Espírito Santo.

Na condição de pesquisa-intervenção, o Proler fez da Casa da Leitura o espaço da reflexão e da produção teórica que se fortaleceram a partir das trocas de experiências entre os atores que dele participaram, transformando sua *praxis*.

[...] o desenvolvimento do processo metodológico demandava o estudo aprofundado dos pressupostos teóricos por parte daqueles que iriam atuar. Se assim se fizesse, evitar-se-iam os desvios que poderiam advir do conhecimento fragmentado. Por exemplo: um especialista que conhecesse profundamente a questão da *intertextualidade*, mas não soubesse que esta noção está inserida em determinado módulo, e que este foi precedido de outros e que os módulos seguintes desenvolveriam tais e tais conhecimentos, dificilmente obteria o sucesso desejado em sua participação no Proler. ( Nelly Duffles- Entrevista)

A crença na necessidade de reflexão teórica para uma prática efetiva conduziu o programa a criar os módulos como aqueles espaços teóricos em que as questões que dizem respeito à leitura e à formação de leitores fossem discutidas, respeitando as peculiaridades das regiões atendidas, através da discussão dos problemas e da apresentação de possíveis caminhos buscados nas trocas entre especialistas e pesquisadores, tanto do Proler quanto das comunidades visitadas. Isto se dava por meio de conferências, mesas, painéis e oficinas, onde as teorias eram aprofundadas, e as experiências vivenciadas através da valorização da relação texto-leitor-contexto.

Em princípio registra-se a preocupação em justificar que a divisão em tópicos que traduzem toda a ancoragem teórica do programa, representada através de cinco módulos, deve ser relativizada em função da impossibilidade de compartimentar estes saberes, mesmo porque uma das marcas do Proler era a interdisciplinaridade. Dessa forma, seus criadores optaram “pela ênfase sequenciada (dos tópicos), uma vez que todos se apresentam recorrentes em todo o processo, em cada um dos módulos”<sup>34</sup>.

A divisão em módulos, além da teoria muito sedimentada e substantiva que embasava o Programa, dava a todos a oportunidade de pensar sobre o já realizado e projetar novas realizações para o próximo módulo. Não participei de todos, mas pude observar quando participei do terceiro em Vitória da Conquista, o elevado nível de engajamento dos participantes, a alegria com que se reuniam para mais um módulo, os depoimentos de resultados extraordinários obtidos na vida pessoal e na vida profissional. Cada módulo era um reencontro para ações melhores. (Marta Morais- Entrevista).

Estes módulos que compõem os próximos blocos serão abordados e discutidos a partir da fundamentação teórica que lhes deu suporte e que trazem novos subsídios a enriquecer a área dos estudos da leitura nesse final de milênio.

#### 4.2.1.1.

#### Linguagem, Sociedade e Cidadania: Leitor-mundo

O primeiro módulo tem como foco a sensibilização para o contato com a leitura. E o conceito de leitura para o Proler não se restringe à leitura do texto impresso, do livro, do material escrito e assim passa a abranger sua dimensão semiótica. Nessa concepção, a leitura se abre às várias linguagens que falamos e que nos falam, como a linguagem da televisão, do cinema, dos sinais, das construções arquitetônicas, da informática, da publicidade, da literatura, enfim. Ler, nesse sentido, é ler o olhar, as expressões fisionômicas e corporais, as vestimentas, é ler um gráfico, os mapas, os astros no firmamento, a cidade, o entorno, o contexto, é ler mundo.

Antes de olhar o céu, já sabia que ele estava negro num lado, cor de sangue no outro, e ia tornar-se profundamente azul. Estremeceu como se descobrisse uma coisa muito ruim.

Desde o aparecimento das arribações vivia desassossegado.

(Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*, 1997: 118)

No documento que define os pressupostos teóricos do Proler, estão especificadas algumas características da leitura que estabelecem a fundamentação teórica do programa. A primeira delas é sua dimensão semiótica, segundo a qual a leitura ultrapassa o âmbito do texto escrito e se define como leitura de mundo.

A leitura é uma atividade permanente na condição humana, quer se tenha ou não consciência dela. Lemos o mundo desde que nascemos e nossas ações decorrem dessa leitura; a leitura tem, portanto, uma dimensão semiótica<sup>35</sup>.

Inicialmente definida como a ciência dos signos, a semiótica ou semiologia passa a estudar as formas sociais que funcionam como uma linguagem a partir das pesquisas de Lévi-Strauss, na década de 30 e de Roland Barthes e A.

J. Greimas, na França, na década de 50. Nessa perspectiva, amplia-se o âmbito da relação de significação em que outras linguagens são consideradas, como, por exemplo, “o sistema de parentesco, os mitos e a moda” que funcionam, segundo Barthes, “à maneira de uma linguagem”<sup>36</sup>. O que interessa nessa questão é a relação de simbolização e não a de significação, ou seja,

[...] aquela relação secundária que liga entidades homogêneas de uma maneira não necessária (indizível fora de si mesma), como acontece com o signo, mas motivada – e por isso mesmo reveladora dos mecanismos atuando numa sociedade. O domínio do simbólico, reservado habitualmente à etnologia, à história das religiões, à psicologia, à psicanálise, seria, por conseguinte, o objeto da semiótica<sup>37</sup>.

O objeto de estudo da semiótica é o texto. Sua função é explicar “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”<sup>38</sup>. Há duas possibilidades de descrição do texto: através de sua análise interna ou estrutural e através da análise externa. Na primeira, o texto é tomado como objeto de significação e, na última, de comunicação. Essas duas dimensões definem a existência do texto. Esse objeto, entretanto, não se limita ao texto verbal ou linguístico. Também manifestações visuais, gestuais, ou sincréticas como a pintura, a gravura, a dança, uma história em quadrinhos, um filme ou uma canção popular, um conjunto arquitetônico, são considerados textos<sup>39</sup>.

Segundo Borges-Duarte, em “Texto, leitura e escrita”,

[...] na linha da hermenêutica contemporânea, [...] o mundo é um texto que se desdobra e adensa pela inscrição de nossos textos. E mundo e textos oferecem-se à leitura. Mas tal como a escrita não se reduz ao escrito, também a leitura não se reduz à linguagem verbal- escrita- natural. Lê-se um texto, mas também um quadro, um filme, um rosto... Todavia a escola ao inserir-se numa determinada tradição de leitura, optou, essencialmente, pela literatura, pelos textos.<sup>40</sup>

Em reflexão sobre a possibilidade de leitura de uma mensagem televisiva feita por um adulto analfabeto, Vera Follain de Figueiredo explicita:

Ler não é só ler um texto escrito. É, antes de mais nada, ler o mundo: figuras, gestos, cenas, acontecimentos, mensagens da cultura de massa, etc. Toda leitura é direcionada por condicionamentos culturais mais amplos. Não há, como destaca Barthes, leitura “natural”, “selvagem”. Há leituras que não precisam de aprendizagem técnica, senão cultural<sup>41</sup>.

Segundo André Lázaro<sup>42</sup>:

Estar no mundo significa produzir sentido, fazer do mundo sentido. O significado do mundo, o sol, a lua, as estrelas e, principalmente, a ação dos próprios homens decorre e transcorre nas linguagens com as quais fazemos o mundo falar. Leitura e linguagem não são duas operações sucessivas, antes simultâneas. Porque a linguagem já é uma leitura do mundo, um modo de conhecê-lo e recortá-lo em conjuntos significativos e articulados. Fazemos o mundo à medida em que o pronunciamos<sup>43</sup>.

É sob essa dimensão semiótica que o Proler define sua linha de formação de leitores. O programa tinha como meta a inserção de toda a população e a participação cultural mais ampla, abrangendo as diferentes modalidades de texto que se materializavam através das diversas linguagens. Nessa perspectiva, tanto nos Encontros de Leitura, como nos Seminários ou Oficinas, profissionais das várias áreas do conhecimento e com possibilidade de apresentar o leque de opções de leitura que suas habilitações profissionais ofereciam eram convidados a participar das ações direcionadas à formação de leitores e de mediadores da leitura.

Uma mesa-redonda do Proler que ocorreu no Simpósio Nacional de Leitura realizado pela Fundação Biblioteca Nacional, em 1994, inicia-se com a seguinte fala de André Lázaro: “Por uma decisão, a meu ver, muito sábia, nós temos aqui um poeta, um dramaturgo e um pintor. Acho que isso cria um ambiente muito interessante, porque temos três linguagens, três modos de dizer muito singulares.”<sup>44</sup>

É relevante registrar que desse Simpósio participaram como palestrantes e/ou debatedores: dois Doutores em Física, dois Doutores em Filosofia, um Cientista Político, quatro Professores de Teoria Literária e Literatura Comparada, uma Doutora e um Doutorando em Antropologia Social, três Escritores, um Historiador, uma Mestra e uma Doutora em Educação, um Psicanalista, um Doutor e um Doutorando em Comunicação, um Poeta, um Dramaturgo e Roteirista de Cinema e Televisão, um Pintor, uma Mestra e uma Doutora em Linguística, duas Escritoras e uma Ilustradora. Todos estes profissionais envolvidos em um Simpósio de Leitura, apresentando suas leituras de mundo e as leituras de suas diversas áreas do conhecimento. Esta paisagem multifacetada compõe um segmento representativo da sociedade.

Nunca será demais assinalar que a Análise Institucional, como instrumento de leitura e prática de intervenção, prima pela ótica da multirreferencialidade<sup>45</sup> de diversos campos do saber, aqui evidenciada através do depoimento de Lázaro e da composição das mesas do Simpósio descrito.

Este conceito foi criado por Guattari e difere da idéia de meras disciplinas justapostas. “Refere-se ao apelo a diferentes métodos e ao uso de certos conceitos já existentes, a fim de construir um novo campo de coerência”<sup>46</sup>, que se recusa a um ponto de vista único.

É em Guattari, ainda, que encontro referências para a questão da formação da subjetividade através da leitura, fundamental para se alçar à condição de cidadão.

Ao discutir os processos de subjetivação, Guattari nos ensina que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social, e é produzida por agenciamentos de enunciação.

Fazendo uma retrospectiva histórica desde a ascensão dos sistemas capitalistas, momento em que predominam modos territorializados de subjetividade, marcados especialmente pelo confinamento da família, o psicanalista, apresenta movimentos como Revolução Francesa e o Romantismo, como fases de desterritorialização. Considera que “a evolução do romance como um todo pode ser remetida a essas diferentes tentativas de criação de sistemas de referência para os novos modos de produção de subjetividade”. Aponta, como curiosidade, que os sistemas de modelização do romance estão sempre, de certo modo, relacionados aos sistemas de modelização do psiquismo, lembrando a opção de Freud por esses modelos. Acrescenta, porém, que em sua opinião, “os maiores psicanalistas [são] gente como Proust, Kafka ou Lautréamont,” por terem respeitado “as mutações subjetivas muito melhor do que os empreendimentos de modelização pretensamente científicos”.<sup>47</sup>

Outro aspecto relevante nas considerações de Guattari no que diz respeito aos modos de subjetivação é a forma como privilegia o campo da criação artística que, geralmente, não abriga sistemas de centralização. Segundo o autor, “de algum modo as produções artísticas e científicas procedem de agenciamentos de enunciação que às vezes atravessam não só as instituições e as especialidades, mas também países e até épocas”.

Participando de uma sociedade capitalista, sofreremos todos os efeitos desse modelo excludente, que limita as oportunidades a uma pequena parcela da população. Dessa forma, “uma das principais características da produção da subjetividade, nas sociedades ‘capitalísticas’, na perspectiva desse campo teórico, seria “a tendência a bloquear processos de singularização e instaurar processos de individuação”. Através desses processos “a experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano”, dessa forma, os homens se organizam “segundo padrões universais que os serializam e individualizam”. A reação pode-se dar, segundo Guattari, através de revoluções moleculares, ou seja, de processos de singularização subjetiva. Esses processos se definem através da “afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção”<sup>48</sup> e se dão por agenciamentos coletivos.

Trabalhando a partir desse campo teórico, o Proler propiciava, através de suas ações, a oportunidade de agenciamentos coletivos de enunciação, através dos quais era possível a produção de subjetividades singulares. O depoimento a seguir fala dessa experiência vivida por grupos de diversos segmentos sociais que tinham garantido o espaço da enunciação, através do qual se constituíam narradores de sua própria história.

Então a nossa presença começou a ser vista como esperança e essa esperança foi conquistando simpatia, parcerias em grupos acadêmicos e em grupos comunitários, populares e até a simpatia de pessoas, inclusive analfabetas, como lavadeiras, estivadores, trabalhadores rurais e aí nós brincávamos, cantávamos, contávamos histórias, ouvíamos relatos, vivências, experiências, as dores humanas, muitas dores. Tínhamos uma escuta para isso e [era fácil] relacionar essas dores com os textos que já estavam escritos, que são as dores humanas desde antigamente. Os textos ajudam você a entender como os homens vêm superando, enfrentando [as dificuldades], como que eles fracassam, nós seres humanos fracassamos. Como nós, seres humanos, somos vitoriosos e superamos. Esse entendimento das nossas derrotas, das nossas vitórias, isso gerava [muita] simpatia!!... (Francisco Gregório Filho. Entrevista).

Além da linguagem dois outros tópicos compõem este módulo: sociedade e cidadania. Discutir o conceito de cidadania implica retomar a organização da *polis*, que se define “pela organização das instituições e leis que regem a vida dos indivíduos e suas relações mútuas”<sup>49</sup>. Estas relações podem promover uma sociedade justa ou uma sociedade excludente, onde a maioria não tem voz.

Em trabalho intitulado “O Proler -- Programa Nacional de Incentivo à Leitura e o estabelecimento de uma política de leitura”, para a Câmara Setorial do Livro/GT 1\*, registra-se o seguinte:

“Leitura e cidadania:

A leitura está diretamente relacionada à prática de cidadania. É essencial que se socialize o saber para que a prática de cidadania seja exercida. Mas quando se fala em leitura, não se limita aqui à leitura de um texto verbalmente codificado, como a leitura de textos, livros ou periódicos. Fala-se da leitura que vai além da palavra escrita: a leitura do entorno, da sociedade que nos circunda e na inserção nessa sociedade. Quem lê a realidade em que está inscrito e participa desta realidade ativamente torna-se dono de uma voz, conseqüentemente mais cidadão. A constituição do leitor-cidadão passará, portanto, por várias práticas leitoras: não apenas pela leitura de livros, mas pela leitura da sociedade e de uma maior participação nessa sociedade<sup>50</sup>”.

Comentando o documento, resultado deste primeiro grupo de trabalho envolvendo a Câmara Setorial do Livro e o Proler, entre outras, Nelly Duffles, que dele participou, emite sua opinião.

[...] vejo o PROLER como um programa nacional de caráter político-institucional em prol da constituição de uma sociedade de *leitores-cidadãos*, que ultrapassa os muros das instituições de ensino, das Academias, da elite intelectualizada e faz a inclusão de todos os indivíduos da sociedade na comunidade leitora. ( Nelly Duffles- Entrevista em anexo)

Em nossa sociedade que se pretende democrática, o homem tem direitos e deveres como cidadão, entretanto só adquire esses direitos efetivamente se “alcançar ler o ‘texto’, quer em suas linhas, quer nas entrelinhas”<sup>51</sup>. A condição de leitor tanto do código escrito quanto do contexto é, pois, a possibilidade que lhe garante o acesso à cidadania.

#### 4.2.1.2.

#### Literatura, Memória e Aprendizagem: Leitor-texto

O conteúdo deste módulo abrange uma trilogia que conduziu muitas das oficinas e seminários do Proler, pois se trata de experimentar a força do texto literário e seu conteúdo de vida, visto que “o mundo não é inexplicado quando se

recita “<sup>52</sup>. Barthes, discutindo o caráter “fascista” da língua, que antes obriga a dizer ao invés de impedi-lo, defende que a liberdade da literatura resulta da trapaça que o escritor faz com a língua para não permitir que esta esteja “a serviço de um poder”. Justifica, também, o valor da literatura.

Essa trapaça salutar, essa esquivada, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem. [...] Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto [uma], é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário<sup>53</sup>.

Acreditando no poder do texto literário, o Proler definiu-o como prioritário em suas práticas. Afinal, através da literatura “o mundo organizado se desorganiza, o mundo caótico ganha sentido, o fantástico é experimentado, a história ganha condições de maravilhoso e o maravilhoso de verdade. Aqui e ali o mundo se explica”<sup>54</sup>. Entretanto, é pelo poder de interagir com o texto, de atribuir-lhe sentido, que se amplia a fruição. Esta interação depende do repertório que compõe nossa memória. É o acesso a este repertório do que lemos e das nossas experiências de vida que promove a participação ativa do leitor diante do texto literário e que “na confluência do discurso”<sup>55</sup> contribui para a formação da subjetividade.

O ato de ler, na medida em que vem apelar ao receptor por sua participação, acaba provocando suas memórias e nelas, suas posturas, seus sonhos, suas opiniões antes tão encobertas ou desconhecidas por ele próprio. O ato de ler convoca ao exercício de pensar e neste, ao de se encontrar<sup>56</sup>.

Ao estabelecer, entretanto, as relações entre Literatura, Memória e Aprendizagem, revemos as contradições de uma escola que “trabalha” a literatura a partir de modelos preestabelecidos, onde predomina o desinteresse do professor pela leitura e o pouco apreço às experiências e leituras que compõem o repertório dos alunos, ainda que essas experiências envolvam tradições relevantes da cultura popular, como a Folia de Reis, por exemplo. O desconhecimento do professor é responsável, muitas vezes, pelo pouco aproveitamento de um material riquíssimo de leitura, desprezando este saber por não estar preparado para usufruí-lo devidamente em todas as suas possibilidades. Ao invés disso, restrito aos manuais distribuídos pelo Governo, que trazem as receitas e respostas prontas, insiste em

desconsiderar a contação de histórias ou a fruição da leitura de um texto literário. Nessas circunstâncias, a aprendizagem, quando acontece, compromete irreversivelmente o desenvolvimento de leitores potenciais.

Uma das principais propostas apresentadas pelo Proler diz respeito à formação do mediador ou agente de leitura, incluindo o professor, mas não se restringindo a este mediador por excelência, pelas funções que exerce e pelo compromisso inequívoco da escola em promover as condições de formação de leitores. Diante da realidade revelada pelas pesquisas, entretanto, concluiu-se que a formação do mediador ou agente de leitura exigia a prioridade das ações do programa. Esta formação, que se propunha contínua, pois ações pontuais não despertam o interesse pela leitura, se dava em módulos de leitura e na fruição dos textos literários.

O exemplo a seguir revela uma experiência vivida em uma das oficinas que compunham os módulos e dá a dimensão de um trabalho efetivo de sensibilização de potenciais leitores através do texto literário. Apresenta, ainda, a reflexão, os desafios e o aprendizado de um oficinairo, exercendo, pois, sua *praxis*.

Essas oficinas me levavam a repensar minhas próprias práticas, fazendo com que eu precisasse estar sempre reinterrogando a escolha das estratégias.

[...]

Eu havia estabelecido uma relação imaginária entre a cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, e um texto que tinha como pretexto uma onda em uma praia. Para mim, Bahia significava pura e simplesmente praias a perder de vista... Qual não foi minha enorme surpresa e embaraço quando meus colegas na Casa da Leitura disseram que Vitória da Conquista não tinha praia, ficava no interior e, portanto, talvez alguns alunos nunca teriam visto o mar.

O que fazer? Aceitar o desafio e levar o texto. Afinal, se eu estava querendo discutir que o ponto de vista constitui o objeto, por que não considerar a possibilidade não prevista? Para sucintamente comentar o desfecho dessa atividade, basta dizer que de fato uma das participantes nunca havia visto de perto o mar. Mar, para ela, era apenas uma totalidade que a televisão mostrava, algo que ou era paradisíaco e turístico ou ameaçador em função de tempestades destruidoras. Foi, sem dúvida, para ela, para mim e para o grupo toda uma experiência singular a leitura do texto de Calvino. (Bethania Mariani – Entrevista anexa).

Este depoimento apresenta um exemplo de como se pode dar a relação do leitor com o texto, que se modifica no tempo, de acordo com o contexto, com suas experiências, com seu repertório, com sua história de vida. Traduz também o

cuidado nas escolhas das leituras com que se pretende sensibilizar o potencial leitor e a flexibilidade de adaptar as situações, fazendo de um momento que poderia trazer desconforto e comprometer a atividade, uma troca de experiências altamente enriquecedora para o coletivo e para o oficinairo.

#### **4.2.1.3.**

#### **Discurso, História e Interdisciplinaridade: Leitor-contexto**

A Análise do Discurso, área recente dos estudos da linguagem, leva-nos a refletir sobre como estamos comprometidos, pela linguagem, “com os sentidos e o político”. Tratando da questão da interpretação dos discursos e considerando impossível não estarmos sujeitos à linguagem, a seus equívocos e sua opacidade<sup>57</sup>, esta área do conhecimento foi um dos pilares do arcabouço teórico do Proler, pois a reflexão que o seu estudo propicia permite compreender melhor as relações que se estabelecem entre o sujeito, o mundo, os sentidos, a história.

Entender o que encobrem determinados discursos institucionalizados é um passo no sentido de poder desconstruí-los em busca de outros modos de interpretar o contexto que nos envolve. Dessa forma, a Análise de Discurso é pertinente num programa que se constrói como uma experiência instituinte.

Num dos módulos realizados em Caxias do Sul e que tinha por tema “Leitura e Ideologia”, formou-se uma mesa redonda em que os participantes, um dramaturgo e uma professora, se propunham falar sobre a questão a partir de suas experiências profissionais: ela, a partir da perspectiva da Análise do Discurso; ele, a partir do teatro. Numa proposta que primou desde a origem pela interdisciplinaridade esse encontro atendia os pressupostos do programa.

Passemos a alguns fragmentos desse relato, concedido, através de entrevista, em 2008, de modo a apresentar uma das experiências vividas pelos participantes do Proler<sup>58</sup>.

Em Caxias do Sul, eu e Amir Haddad participamos da mesa Leitura e Ideologia. A proposta era que cada um de nós falasse a partir de seu próprio lugar sobre a questão da ideologia, ou seja, eu traria questões ligadas ao modo como a Análise do Discurso lida com a questão enquanto que ao Amir caberia

trazer a perspectiva do teatro. Combinamos que eu falaria antes do Amir. [...] Ao final de sua fala, Amir disse que ia ler para o público uma parte da peça *Vida de Galileu*, de Brecht<sup>59</sup>. Mais exatamente, explicou Amir, iria ler o trecho em que Galileu discute com o Pequeno Monge o que representava a mudança no ponto de vista até então aceito sobre a ordem das coisas no mundo. Nesse momento, para meu espanto, ele me convoca para ler a parte do Pequeno Monge.

[...]

Ao ler o Pequeno Monge, ao me envolver na leitura e ao ficar indignada com os seus argumentos, troquei uma palavra por outra – ao invés de falar “segurando a colher”, conforme estava no texto, disse “**sangrando a colher**” –, deixando que se ouvisse aquilo que de alguma forma estava constituindo o meu dizer. (Bethânia Mariani – Entrevista anexa).

Bethânia revela, então, na continuação do seu relato como aproveitou aquele analisador para refletir e trabalhar com os participantes exatamente o que pretendia: a dimensão do que se pode revelar através da fala/falha, dos sentidos da língua em pleno funcionamento, no momento da elocução. A Análise de Discurso recorre para tanto a outras áreas do conhecimento como à Psicanálise, à História e à Memória para construir seu dispositivo de análise. Dessa forma, transita no espaço da multirreferencialidade como já explicitado anteriormente.

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. [...] A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”<sup>60</sup>.

Num percurso de luta por mudanças, a linguagem é o instrumento de que dispomos para transformar a realidade. É preciso levar o sujeito a refletir sobre o texto não para saber o que aquele texto quer dizer, mas como ele o diz<sup>61</sup>. Para um grupo de profissionais acostumados a respostas prontas, a receitas e modelos instituídos, esta reflexão revoluciona, pois nessa dimensão o texto passa a ser visto como um acontecimento: “o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” e através dessas relações forjam-se realidades, constituem-se subjetividades. Os modelos instituídos constroem-se a partir do imaginário social e estão inscritos na história. Já temos, pois, esses modelos que determinam nossos discursos, que fazem que falemos o que o outro espera de nós, o que conseguimos a partir do que temos em nossa memória social, e da

capacidade de antecipar, no momento do discurso, a reação do interlocutor. A sensibilidade para o inusitado, para o inesperado é que vai construir uma realidade outra.

#### **4.2.1.4.**

#### **Significação, Recepção e Interpretação: Leitor-teoria**

A década de 80 foi especialmente produtiva no estudo e pesquisa sobre a leitura, no Brasil. Isto porque alguns dos resultados dessas pesquisas que nos chegaram, no mínimo, com vinte anos de atraso, são estudos que se desenvolveram com muito vigor na década de 60, a partir de contribuições anteriores na área da Linguística, da Semiótica, da Literatura e da Teoria da Literatura. Algumas manifestações desses conhecimentos apareciam na produção científica de professores brasileiros que tinham acesso às diversas universidades da Europa e dos Estados Unidos, através de bolsas de pesquisa oferecidas aos cursos de pós-graduação e, também, por seminários promovidos nas nossas universidades com a participação de pesquisadores de outros países. Alguns dos projetos de formação de leitores criados a partir dessa época têm sua origem em estudos desenvolvidos especialmente na França e na Alemanha. Entre esses o Pró-Leitura (1998), já citado, e que era um “projeto de cooperação educativa estabelecido entre o Brasil e a França”<sup>62</sup>.

Nesse período (1980-1990), com apoio no desenvolvimento das teorias psicolinguísticas, vários estudiosos dedicaram-se a discutir profundamente o que significa o ato de ler, em suas diversas dimensões. Na área da Educação, em relação ao tema, destaca-se a obra de Frank Smith, “Compreendendo a leitura”<sup>63</sup>, referência fundamental nos domínios da alfabetização, ainda hoje, pois nela o autor faz “uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler”.

Smith define a leitura como um complexo ato humano que compreende aspectos fundamentais a serem considerados no seu aprendizado, aspectos linguísticos, fisiológicos, psicológicos e sociais. Em sua opinião, “se tivéssemos que identificar um único fator como sendo a influência predominante na pesquisa

e teoria da leitura, durante os anos 80, para o bem ou para o mal, este fator seria o computador”<sup>64</sup>.

Entendido, em princípio, como uma metáfora do cérebro humano, o computador trouxe uma série de questões a serem discutidas sobre as relações entre a leitura, o leitor e a aprendizagem da leitura, pois essa perspectiva inicial fez que se pensasse o cérebro humano como “um dispositivo de processamento de informações, que recebe, armazena e opera sobre dados, de acordo com ‘programas’ e procedimentos formalizados”. Segundo o autor, essas conclusões poderiam “distorcer as percepções da natureza da leitura e outros aspectos da vida mental”. Investigações “alternativas” de várias áreas do conhecimento sobre o tema, iniciadas a partir dessa discussão, trouxeram informações sobre o processo de aquisição da leitura a partir de alguns pressupostos:

A leitura não pode ser compreendida sem se levar em consideração os fatores perceptivos, cognitivos, linguísticos e sociais, não somente da leitura, mas do pensamento e aprendizado em geral. A leitura desafia uma análise simplista, exatamente como o ensino desta confunde soluções simplistas. A leitura é algo complexo, mas também o são os atos de caminhar, falar e dar um sentido para o mundo em geral – e as crianças são capazes de conseguir realizar tudo isso, desde que as circunstâncias ambientais sejam apropriadas. O que é difícil de ser descrito não é, necessariamente, difícil para aprender. [...] as crianças não são tão desamparadas e indefesas, em face do aprendizado da leitura, como frequentemente se pensa<sup>65</sup>.

A obra de Smith teve adeptos na época principalmente pelos conhecimentos científicos e informações que oferece como suporte às práticas educativas, em especial ao ensino da leitura e da escrita, na escola, desmistificando algumas crenças em relação a essas experiências e trazendo para discussão questões enraizadas em nossa cultura escolar como a culpabilização da criança pelo insucesso no processo de aprendizagem.

A produção de Smith dialoga com a de outros teóricos como Vigotsky e Piaget, referências fundamentais na área da educação, e com Paulo Freire, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, pesquisadores que, em suas reflexões, debruçaram-se sobre a questão do fracasso escolar nas escolas dos países latino-americanos e desenvolveram projetos para comprovar que é possível alfabetizar a população menos favorecida economicamente, a despeito das condições sociais em que vivem. Não se pode falar sobre os estudos da leitura no Brasil sem menção a esses

nomes que têm sido o suporte de todas as propostas de leitura desenvolvidas pelo viés da escolarização.

Há, entretanto, outros teóricos cujas obras têm abordagens bem mais progressistas no âmbito da escolaridade. Um deles é Fernando Hernández<sup>66</sup>, que apresenta uma “proposta transgressora para a educação escolar”, pelo caráter transdisciplinar, que rompe os limites das várias áreas do conhecimento. Sua proposta é “educar para aprender a dar sentido [...] e assumir a necessidade de enfrentar a mudança da escola”. Uma das questões que mobilizava o Proler referia-se a esta mudança. Uma escola que não está preparada para o desafio de promover a leitura e de formar leitores necessita se repensar.

No início da década de 60, diante do grande número de analfabetos, em especial na região nordeste brasileira, Paulo Freire percebeu as falhas e limites do sistema escolar e dedicou-se a levar a leitura a uma população de adultos que, ou não tinham passado pela escola ou, se o tinham, dela foram excluídos sem ter acesso à condição de leitores. O educador desenvolve seu programa educacional para além dos muros da escola, “nas rezas, nas festas, nas folganças dos moços do lugar, nos sindicatos”, onde pesquisava o universo vocabular daquela população para, com esse levantamento, iniciar a primeira etapa do seu método de alfabetização, através dos círculos de cultura<sup>67</sup>.

Dá pra desconfiar que “círculo de cultura” é uma idéia que substitui a de “turma de alunos” ou a de “sala de aula”. “Círculo”, porque todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do *diálogo*, que é o seu único *método de estudo* no círculo<sup>68</sup>.

Ainda que essas referências sobre o aprendizado da leitura tenham sido consideradas na criação do Proler, as teorias que constroem seu arcabouço teórico são aquelas que dizem respeito não especificamente à questão da alfabetização, mas à questão da literatura e das demais linguagens que compõem a nossa cultura e que vão abrir as possibilidades para a formação de um leitor sensível e crítico da realidade em que se insere e das outras realidades com que convive.

Nessa área, pois, apresentam-se, a partir de meados do século XX, as teorias que vão oferecer os subsídios para definir, no programa, o que se entende

por leitura e no que consiste o ato de ler. Entre aquelas que chegam às nossas universidades a partir da década de 70 destacam-se, especialmente, as dos Formalistas russos e dos Estruturalistas franceses.

[...] o pensamento francês é visto geralmente como co-responsável pela motivação de revoluções epistemológicas recentes e como subjacente a uma série de mudanças paradigmáticas ocorridas desde os anos 70 [...] o sucesso e a subsequente propagação fora dos limites nacionais trouxeram como contrapartida a sua própria diluição pela emergência simultânea de concorrentes que souberam disputar espaços vagos com propostas inovadoras<sup>69</sup>.

É nessas teorias, que floresceram nos interstícios, com propostas instituintes, que o Proler vai colher os fundamentos teóricos para sua criação. O texto que inaugura esses espaços e que provoca uma revolução epistemológica na historiografia literária e na teoria da literatura é publicado em 1967 por Hans Robert Jauss, sob o título: “A história da literatura como provocação à teoria literária”. A partir desse texto abriu-se espaço para o debate que o historiador da literatura vinha desenvolvendo com seus alunos da Universidade de Heidelberg e que dão origem às sete teses que fundamentam a Estética da Recepção.

Jauss justifica a origem de suas reflexões às críticas de dois medievalistas que se defrontavam em suas pesquisas com o “problema hermenêutico da obstrução do acesso a uma literatura que se fez estranha a nós” pela distância temporal. Em uma dessas críticas um dos pesquisadores lembra que “texto algum jamais foi escrito para ser lido e interpretado filologicamente por filólogos”<sup>70</sup>. Essa crítica leva Jauss a “tentar desvendar a forma e o sentido [daquela obra] não mais a partir da comparação com aquelas fontes que os filólogos frequentemente supunham ser as suas, mas sim da reconstrução das expectativas dos leitores contemporâneos à obra”<sup>71</sup>. Diz Jauss que somente dez anos depois transformou essa idéia em teoria.

A seguir apresento uma síntese das sete teses que compõem essa teoria, entendendo que o leitor interessado buscará maiores subsídios através das referências oferecidas.

Na primeira tese, o autor define o pressuposto tanto da historicidade quanto da história da literatura. Ambas repousam “no experienciar dinâmico da obra literária por parte de seus leitores”, ou seja, na relação dialógica que se estabelece entre o texto e o leitor.

Na segunda, Jauss propõe que, ao descrever a recepção e efeito de uma obra, a partir do sistema de referências que se pode construir em função das expectativas que, no momento histórico do aparecimento da cada obra, resultam de determinados conhecimentos prévios, essa análise estaria imune ao psicologismo que a ameaça.

Na terceira, diz o autor que “o horizonte de expectativa de uma obra, que assim se pode reconstruir, torna possível determinar seu caráter artístico a partir do modo e do grau segundo o qual ela produz seu efeito sobre um suposto público”.

A reconstrução do horizonte de expectativa sob o qual uma obra foi criada e recebida no passado possibilita, por outro lado, que se apresentem questões para as quais o texto constitui uma resposta e que se descortine, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora terá encarado e compreendido aquela obra. Estas são as premissas da quarta tese de Jauss.

A quinta tese trata da teoria estético-recepcional, apontando para a possibilidade de a obra, pertencente a uma série cronológica, a partir de uma perspectiva positivista da literatura, ser trazida para o contexto histórico sucessório e então ser compreendida como acontecimento.

Na sexta tese a questão pontuada diz respeito ao corte sincrônico que possibilita “revelar um amplo sistema de relações na literatura de um determinado momento histórico”.

Finalmente, a sétima e última tese trata da função social da literatura que “somente se manifesta na plenitude de suas possibilidades quando a experiência literária do leitor adentra o horizonte de expectativa de sua vida prática, pré-formando seu entendimento do mundo e, assim, retroagindo sobre seu comportamento social”<sup>72</sup>.

A grande contribuição dos estudos de Jauss aparece na “redescoberta, na década de 70, do interesse pela história da literatura”. Suas teses apontam as diretrizes para a reescrita dessa história “mediada via horizonte de expectativa do leitor”, além disso, abrem espaço para questionamentos acerca das “premissas epistemológicas e categorias teóricas da escrita historiográfica no âmbito da literatura”<sup>73</sup>.

Assim como Jauss, Wolfgang Iser vai discutir em sua análise os novos paradigmas que se instauram do ponto de vista histórico-científico, nos anos 60, e que apontam para “o fim de uma hermenêutica ingênua da análise literária e a

busca por argumentos específicos para fundamentar os princípios da interpretação”<sup>74</sup>.

Sua contribuição amplia as reflexões de Jauss, quando introduz as discussões sobre a estética do efeito e propõe uma nova hermenêutica, que já não se restringe à busca das significações aparentemente ocultas no texto literário. Suas reflexões apontam para a interação entre o texto e o leitor “na qual o leitor ‘recebe’ o sentido do texto ao constituí-lo”<sup>75</sup>.

Diferentemente da situação definida no modelo das seis funções verbais apresentado por Jakobson no ensaio “Linguística e Poética” e que depois é criticado pelo reducionismo com que trata a questão da comunicação, na recepção do texto literário, “em lugar de um código previamente constituído, este sugeria no processo de constituição, em que a recepção da mensagem coincide com o sentido da obra”<sup>76</sup>. Isto pode ser factível, segundo Iser, considerando que ao analisar estruturas discerníveis, em textos literários, conclui-se que quase todas mostram um aspecto duplo: são estruturas verbais e estruturas afetivas, ao mesmo tempo, ou seja, a obra literária tem dois pólos: o pólo artístico que “designa o texto criado pelo autor e o estético [que designa] a concretização produzida pelo leitor”<sup>77</sup>.

O aspecto verbal dirige a reação e impede sua arbitrariedade; o aspecto afetivo é o cumprimento do que é preestruturado verbalmente pelo texto. Uma análise da interação resultante dos dois pólos promete evidenciar a estrutura de efeito dos textos, assim como a estrutura da reação do leitor. (...). Por esse motivo, a descrição da interação entre texto e leitor deve referir-se em primeiro lugar aos processos constitutivos pelos quais os textos são experimentados na leitura. Tal experiência sempre antecede a significação atribuída às obras, pois esta se funda naquelas. Compreender essa experiência significa ter a consciência dos atos que originam nossos juízos sobre a arte e que se atualizam em sua experiência<sup>78</sup>.

Nessa perspectiva, a orientação tradicional de interpretação que propunha, diante da obra literária, a pergunta “o que significa essa obra?” deve ser substituída por outra “o que sucede com o leitor quando com sua leitura dá vida aos textos ficcionais?”<sup>79</sup>

Propondo-se formar leitores a partir de um programa que valorizava, acima de tudo, a leitura numa dimensão semiótica, envolvendo a literatura, a pintura, a arquitetura, a escultura, a música e, em especial, as manifestações da cultura popular, o conhecimento da estética da recepção e do efeito deu aos

profissionais que assumiram a tarefa de formar mediadores de leitura, no Proler, a fundamentação teórica que lhes permitia avaliar como se dá a recepção da obra de arte. Esse saber lhes permitia tirar proveito máximo dos momentos que eram propiciados aos leitores em formação para expor de que forma tinham sido afetados por determinada manifestação artística. A riqueza dessa experiência foi inolvidável para muitos desses profissionais que também, intersubjetivamente, foram afetados por ela, como se depreende do depoimento a seguir e que ocorreu por ocasião de um dos módulos do Proler.

E foi lá em Vitória da Conquista [...] eu me lembro sempre disso. [...] há pouco tempo eu a encontrei, num outro evento em Jequié, perto de Vitória da Conquista. A Dona Silvina que era uma mulher analfabeta, na época tinha sessenta anos, mais ou menos, ela era a detentora das cirandas da região. [...] Dona Silvina participou de um dos meus Círculos de Leitura e eu me lembro que [o texto escolhido] era um conto de Gabriel Garcia Marques [...] a gente lia o conto, não precisava ela ler, evidente, a gente lia o conto e eu me lembro que, naquele Círculo de Leitura [...] as colocações de Dona Silvina foram as [...] mais criativas [...]. O grupo devia ter umas 20 e poucas pessoas e aquilo me deixou muito emocionada, porque naquele lugar, tão dentro lá do Brasil, Vitória da Conquista, um conto de Gabriel Garcia Marques tinha tocado profundamente o coração, os corações, as mentes, principalmente o coração e a mente de Dona Silvina que era uma mulher voltada para a cultura popular, e [...] cuja sensibilidade era extrema e aí que a gente vê que não existem barreiras [...] essa situação com a Dona Silvina foi muito marcante. (Maria Tereza - Entrevista)

Esse depoimento revela um aspecto relevante da questão da leitura e que é tratado por Iser em sua obra. Ainda que o texto literário contenha instruções verificáveis intersubjetivamente, o sentido constituído consegue produzir uma grande variedade de vivências e, por conseguinte, de avaliações diferentes. A interpretação, nesse caso, ao invés de decifrar um sentido oculto, “evidencia o potencial de sentido proporcionado pelo texto”<sup>80</sup>. E esse evento vivido no momento da leitura e que “termina em um sentido constituído”<sup>81</sup> é reconhecido através da experiência que provoca no leitor.

Ainda sobre a interpretação outro teórico teve influência relevante nas teorias que deram suporte ao Proler, Paul Ricoeur e sua busca por uma nova hermenêutica. Essas teorias estão compiladas em sua obra: *O conflito das Interpretações: Ensaio de Hermenêutica*<sup>82</sup>.

Tema de investigações filosóficas desde a Antiguidade Clássica, pois registrado por Aristóteles no *Organon*, já nessa obra, extraordinariamente, a interpretação, hermeneia, refere-se “a todo discurso significante” e não apenas a

“uma técnica de especialistas” que objetivava a interpretação “de oráculos e de prodígios.”<sup>83</sup>

Segundo Ricoeur, a discussão sobre o tema tem sua origem na exegese, ou seja, no “contexto de uma disciplina que se propõe a compreender um texto [...] a partir de sua intenção, baseando-se no fundamento daquilo que ele pretende dizer”. O problema suscitado deve-se ao entendimento segundo o qual “toda leitura de texto, por mais ligada que [...] esteja [àquilo por que foi escrito], sempre é feita no interior de uma comunidade, de uma tradição ou de uma corrente de pensamento vivo”<sup>84</sup>. Dessa forma ampliam-se as possibilidades da interpretação. Um texto pode ter vários sentidos, dependendo daquelas variáveis. Essa perspectiva definirá uma das diretrizes do Proler, programa que pretendia atingir a um grande contingente da população, num país rico em sua diversidade cultural, mas injusto nas oportunidades que oferece para o acesso ao conhecimento e aos bens oriundos do trabalho dessa mesma população.

A chave para o entendimento da importância dessa nova hermenêutica, para o Proler, pelo que traz, a partir da obra de Paul Ricoeur, na experimentação de outras perspectivas a enriquecer as reflexões da hermenêutica clássica, estão definidas a seguir:

[...] o próprio trabalho de interpretação revela um desígnio profundo: o de superar uma distância, um afastamento cultural, o de equiparar o leitor a um texto que se tornou estranho e, assim, incorporar seu sentido à compreensão presente que um homem pode obter dele mesmo. [...] Por conseguinte, a hermenêutica não podia continuar sendo uma técnica de especialistas [...] dos intérpretes de oráculos e de prodígios. Ela coloca em jogo o problema geral da compreensão.<sup>85</sup>

Esse era o grande desafio do Proler: aproximar o texto literário do leitor iniciante, oferecendo-lhe os instrumentos e o devido apoio teórico para se apropriar daquele texto, estabelecendo com ele uma relação tão estreita quanto a que Lucia Peláez estabelece com um livro roubado, conforme se lê no *Livro dos Abraços*, de Eduardo Galeano, ou como a paixão que a protagonista do conto *Felicidade Clandestina*, de Clarice Lispector vive com *As Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato: “As vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante”.<sup>86</sup>

#### 4.2.1.5. Intertextualidade, crítica e escrita: Leitor-produção

Tratar da intertextualidade remete-me a algumas experiências de Roland Barthes que traduzem com precisão o fenômeno do intertexto, conhecimento ainda difuso para muitos profissionais que têm por função precípua a formação de leitores e que consideram desnecessário explorar as experiências dos alunos das populações menos favorecidas perguntando-se perversamente, em sua alienação: Para que eles vão precisar desses conhecimentos na vida?

Lendo um texto referido por Stendhal (mas que não é dele)<sup>87</sup> encontro nele Proust por um minúsculo pormenor. O Bispo de Lescars designa a sobrinha de seu vigário-geral por uma série de apóstrofes preciosas (minha pequena sobrinha, minha amiguinha, minha linda morena, ah pequena gulosa) [...] Alhures, mas da mesma maneira, em Flaubert, são as macieiras normandas em flor que leio a partir de Proust [...] como eram as Cartas de Mme de Sevigné para a avó do narrador, [ou] os romances de cavalaria para D. Quixote [...]<sup>88</sup>

Julia Kristeva, em sua introdução à *semanálise*, ou ciência do texto, e numa perspectiva generativista, ao discutir a questão e considerando o texto como “um processo de produção de sentido”, apresenta como um dos postulados da criação da significância, a condição de permutação de textos, ou seja, de intertextualidade. Nesse caso, o texto se entretece de

[...] vários enunciados, tomados a outros textos, [que] se cruzam, se relativizam, se destroem no espaço da significância. É uma escritura-leitura (função ou negação) do *corpus* anterior e sincrônico: assim participa da história e a sociedade se escreve nele. Nesta perspectiva, Autor e Leitor não são considerados como entidades fora do texto, respectivamente emissor e receptor de um objeto posto em circulação, mas como o lugar de uma “conexão de textos” onde o “texto” em tela se escreve ou re-escreve.

Para um bom leitor, a intertextualidade enriquece o texto, pois as referências a outros textos são apreendidas na leitura, e o diálogo leitor-texto-autor torna-se profícuo. Quanto mais leituras, maior a capacidade e interagir com o texto literário. Se Barthes não conhecesse a obra de Proust sua leitura de Flaubert seria outra. Da mesma forma o sabor de Dom Quixote é diferente para quem leu os romances de cavalaria. Um texto remete a outros textos tanto em

poesia quanto em prosa e esta remissão não obrigatoriamente se dá relativamente a um texto literário, pode ocorrer, por exemplo, em relação a um texto filosófico, teórico, e o leitor iniciante terá maior proveito na leitura se houver um mediador que faça essa ponte e lhe possibilite fruir a leitura de uma obra literária com todos os recursos e possibilidades de que dispõe.

Ler é [...] um ato de primeira instância no esboço da consciência de si mesmo e do outro e sua inscrição no mundo se dá como uma escrita de vida. Do ato de ler decorre o ato de se escrever, de escrever a própria história e dos outros, de marcar a própria existência social com traços que podem, no entanto, guardar-se sob a forma das oralidades, tanto quanto ganhar volumes, cores e sinais.

Ler é inscrever-se no mundo como signo, entrar na cadeia significante, elaborar continuamente interpretações que dão sentido ao mundo, registrá-lo com palavras, gestos, traços. Ler é significar e ao mesmo tempo tornar-se significante. A leitura é uma escrita de si mesmo, na relação interativa que dá sentido ao mundo<sup>89</sup>.

Nessa perspectiva a leitura dá outra dimensão à escrita e à vida.

Em 1995, coerente com os princípios estabelecidos em sua proposta inicial, o Proler, como um programa em processo e baseado nas reflexões dos colaboradores, dos participantes das mais diversas origens e da equipe da Casa da Leitura, optou por fazer uma alteração nos módulos de modo que se ajustassem *aos indicadores da prática*. Os módulos assim modificados apresentam maior coesão nas temáticas que abordam, aperfeiçoando-se a partir das avaliações constantes que o programa promovia, durante o processo:

- Módulo Zero- Leitor/Mundo (Linguagem, Sociedade, Cidadania)  
Sensibilização
- Módulo I- Leitor/Texto (Discurso, Memória, Aprendizagem) Recepção
- Módulo II- Leitor/Contexto (Literatura, História, Interdisciplinaridade)  
Interação
- Módulo III- Leitor/Sentido (Intertextualidade, Intersubjetividade,  
Significação) Interpretação
- Módulo IV- Leitor/Expressão (Escritura, Crítica, Comunicação) Produção.

### **4.3. Articulações e Parcerias**

#### **4.3.1. Articulação Nacional**

Além dos módulos que aconteciam nos núcleos que abraçavam a proposta do Proler, o programa organizou vários encontros nacionais, como Conferências, Espaços Teóricos e Oficinas entre 1992 e 1996, dos quais participavam todos os que se interessavam pelo tema da leitura. Esses encontros são descritos pelos participantes como momentos de envolvimento da platéia e de aprofundamento das questões de leitura a serem discutidas.

Nesses eventos, o Proler contava com várias parcerias, tanto da iniciativa pública, quanto da iniciativa privada. Além das Prefeituras Municipais e dos Secretários municipais e estaduais da Educação e da Cultura, as Universidades, as Bibliotecas, as escolas públicas e particulares, os Seminários, como aconteceu no Módulo I do Proler/UESB com o Seminário Diocesano de Vitória da Conquista. Muitos se envolviam nos eventos por acreditarem nas propostas do programa.

Os encontros nacionais de leitura foram realizados a partir de 1994, quando o programa já se expandira pelo país. O 1º Simpósio Nacional de Leitura aconteceu entre 02 e 05 de agosto de 1994, e tinha como tema “Leitura, Saber e Cidadania”. O 2º Simpósio Nacional de Leitura ocorreu entre 22 e 25 de agosto de 1995, tendo como tema “Políticas de Leitura- Articulação”. Ambos foram realizados no Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB.

O I Encontro Nacional do Proler ocorreu em janeiro de 1995, no Museu do Folclore, RJ e o II Encontro entre 15 a 19 de abril de 1996, na Casa da Leitura, no RJ.

Os primeiros encontros estão condensados em publicações como o “Caderno de Leitura”<sup>90</sup>, editado em dezembro de 1994. Esta publicação é prefaciada pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Prof. Affonso Romano de Sant’ Anna que mostra o vigor do trabalho desenvolvido pelo Proler “já implantado e dando frutos em dez estados da federação e em duzentos

municípios”. O documento se encerra, afirmando que aquela publicação “é testemunho de que o Brasil (tinha, então) uma das mais arrojadas políticas nacionais de leitura”.

Em sequência, a Professora Eliana Yunes, Assessora Especial para uma Política Nacional de Leitura, apresenta o texto “Para entender a proposta do Proler”<sup>91</sup>, onde expõe os pressupostos teóricos e os princípios pedagógicos do programa de modo que os participantes conhecessem suas linhas mestras e os grandes desafios postos para que o Proler realmente se instituísse na condição de Política Pública de Leitura, projeto maior de todo aquele empreendimento.

O terceiro documento é assinado pelo Coordenador do Proler, Francisco Gregório Filho que fecha seu depoimento lembrando que “o Proler não tem receitas e fórmulas, parte de experiências várias, vivenciadas não só na Casa da Leitura, como também em diversas regiões do país, através dos seus seminários”. Após esta introdução, iniciam-se as produções teóricas todas relacionadas à leitura, desenhando um panorama de pontos de vista e aqui apresentadas em ordem cronológica:

- *Leitura, sociedade e ideologia.* Conferência proferida por Vera Follain de Figueiredo, em mesa redonda promovida pelo Proler, em Arcozelo, RJ, em 13 de maio de 1993.
- *Leitura, aprendizagem, cidadania.* Palestra proferida por Barbara Freitag em mesa redonda promovida pelo Proler em Goiânia, em 1º de julho de 1993.
- *Leitura e formação do leitor.* Espaço Teórico realizado por Francisca Nóbrega, em três encontros, no Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Vitória da Conquista, BA, em julho de 1993.
- *Leitura e interdisciplinaridade.* Espaço Teórico realizado por Vera Maria Tietzmann Silva, em Vitória da Conquista, BA, em 16 de julho de 1992.
- *Leituras e Linguagens.* Espaço Teórico realizado por André Lázaro em Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Arcozelo, RJ, em maio de 1993.

- *Leitura e Memória.* Espaço Teórico realizado por Ana Cristina de Rezende Chiara, em Seminário de Leitura promovido pelo Proler em Goiânia em 30 de abril de 1993.
- *Leitura e literatura.* Espaço teórico realizado por Maria Luiza de Almeida Lucci, na Fundação Cultural do Pará- Biblioteca Pública, em novembro de 1992.
- *Leitura, produção e interpretação de texto.* Oficina realizada por Vera Maria Tietzmann Silva e Maria Zaíra Turchi, no Seminário de Leitura Módulo Zero do Proler, em Goiânia, em abril de 1993.
- *Leitura e análise de discurso.* Oficina realizada por Bethania S. Corrêa Mariani em Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Viçosa-MG, em março de 1993.
- *Leitura e produção de texto na escola.* Oficina realizada por Sonia Rodrigues Mota, em Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Arcozelo, em maio de 1993.
- *Leitura e biblioteca.* Oficina realizada por Nanci Gonçalves da Nóbrega, em Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Vitória da Conquista, em junho de 1992.
- *Leitura e comunidade.* Palestra proferida por Maria Lucia Martins, no Módulo 1 realizado em 1993, na UESB, em mesa redonda sob o tema "Leitura, Literatura e Socialidade"
- *Leitura e alfabetização.* Espaço Teórico realizado por Regina Yolanda, em Seminário de Leitura promovido pelo Proler em Arcozelo-RJ, em maio de 1993.
- *Leitura e culturas populares.* Oficina realizada em Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Arcozelo-RJ, em maio de 1993.
- *Leitura e oralidade.* Oficina realizada por Celso Sisto no Seminário de Leitura promovido pelo Proler, em Vitória da Conquista, em julho de 1992.
- *Contexto do livro sem texto.* Palestra proferida por Paulo Bernardo Vaz, em Vitória em 8 de dezembro de 1993.

Outro documento que abrange produções teóricas de eventos organizados pelo Proler é o Caderno “LER”, publicado após o Simpósio Nacional de Leitura realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, em agosto de 1994. Dele fazem parte quatro segmentos: Leitura e Desenvolvimento Social; Leitura, Produção e Recepção; Leitura, Entretenimento e Arte; Leitura e Leitor. Os textos teóricos que os compõem, bem como seus autores são os seguintes:

- *Leitura e formação profissional*, José Raimundo Romeu
- *Leitura e estética*, Gerd Bornheim
- *Leitura e apropriação científico-tecnológica*
- *Mesa-redonda (debate)* Wanderley Guilherme dos Santos
- *Leitura e interdisciplinaridade*, Lígia Chiappini
- *Espaço Teórico*, Tânia Dauster
- *Leitura e práticas leitoras em sociedade*, Luiz Rodolfo Vilhena
- *Leitura e comunicação de massas*, Roberto Drummond
- *Leitura e Memória*, Joel Rufino dos Santos
- *Mesa-redonda*, Nilda Teves Ferreira
- *Leitura Crítica: questões sobre a recepção*, Joel Birman
- *Espaço teórico*, Muniz Sodré
- *Leitura e imaginário*, Affonso Romano Sant’Anna
- *Leitura e Linguagens*, Alcione Araújo
- *Leitura e arte*, Adriano de Aquino
- *Mesa-redonda*, André Lázaro
- *Leitura e Literatura*, Bartolomeu Campos de Queirós
- *Espaço teórico*, Maria Luiza Lucci
- *Leitura: História do Leitor*, Maria Helena Martins
- *Constituição do Leitor*, Luiza de Maria
- *Leituras da Leitura*, Eliana Yunes
- *Mesa-redonda*, Marina Colasanti
- *Questões relativas à interpretação*, Danilo Marcondes
- *Espaço teórico*: Bethania Mariani, Maria Lucia de Medeiros e Rita de Cássia Maia.

O II Simpósio Nacional de Leitura deu origem ao documento “Lendo”. Compõe-se de textos produzidos pela Assessora Técnica do Proler, Eliana Yunes, que têm o objetivo de mobilizar os debates a serem promovidos. Além da apresentação, onde se discute o sentido do termo “articular”, existem as seguintes reflexões: A idéia é ler; A dimensão política da leitura; Proler em articulação e Políticas de Leitura- Articulação. Este simpósio contou com a parceria do Proler, da FBN, do CCBB e do Cerlalc, Centro Regional para o fomento do Livro na América Latina e Caribe.

Houve, ainda, em vários núcleos do Proler, distribuídos pelo Brasil, encontros, seminários e fóruns promovidos pelos diversos comitês e dos quais participava a equipe do Proler/FBN. Assim organizaram-se o Seminário de Leitura de Goiânia, entre 28 a 30 de abril de 1993; o II Seminário do Proler Campus de Itapetinga de 18 a 21 de outubro de 1993; o Encontro de Leitura UFES, de 06 a 10/12/93; o Encontro para Promoção da Leitura Caxias do Sul, de 08 e 09 de dezembro de 1994, e o Fórum de Leitura, de 15 a 16 de maio de 1996. Estes são alguns exemplos do trabalho que se disseminou pelo país com vistas à promoção da leitura e à formação de leitores e que ainda hoje se mantém em muitos desses comitês.

#### **4.3.2. A Articulação Internacional**

Um dos aspectos que singulariza o Proler é a amplitude de suas fronteiras. Considerando a situação dos demais países da América Latina em relação ao bloco hegemônico representado pelos países do primeiro mundo, o programa articulava ações entre aqueles países de modo a se fortalecerem em busca de melhores condições sociais e econômicas, entendendo a importância da leitura *como instrumento de formação da cidadania plena*<sup>92</sup> e, ainda, como ferramenta indispensável para o desenvolvimento econômico. Assim, a Fundação Biblioteca Nacional e o Cerlalc (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe) organizaram três reuniões internacionais, realizadas no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Brasília, e que tinham como tema a promoção da

leitura, respectivamente nos países da América Latina e Caribe; do Mercosul e do Pacto Amazônico e Grupo dos Três.

Para um melhor entendimento da atuação do Cerlalc na promoção da leitura na América Latina, remete-se às “Penúltimas notas” do documento intitulado “Reuniões Internacionais de Políticas Nacionais de Leitura”<sup>93</sup>, em anexo.

A primeira reunião realizou-se no Rio de Janeiro, entre 19 e 25 de outubro de 1992. O documento final que resultou desse encontro, que congregou Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Venezuela e Uruguai, assinalava a importância do intercâmbio entre esses países, além de contemplar seis aspectos que mereciam destaque na consecução do projeto, finalizando com a definição de estratégias para execução de uma política nacional de promoção da leitura.

Menos de um mês depois, entre 15 e 18 de novembro de 1992, foi realizada a *Primera Reunión Internacional sobre formulación de Políticas Nacionales de Lectura*, em Caracas. Nessa ocasião, produziu-se um documento que seguia as mesmas diretrizes daquele produzido a partir das questões discutidas na reunião do Rio de Janeiro.

O segundo encontro internacional realizado no Brasil ocorreu entre 28 de junho e 1º de julho de 1994, em Porto Alegre, e contou com os representantes designados pela Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para a reunião de Políticas de Leitura do Mercosul. O documento que se originou desse encontro e que recebeu o título de “Carta de Porto Alegre”, dá continuidade, em síntese, às recomendações acerca das Políticas Nacionais de Leitura, que constam do documento produzido a partir da reunião de 1992, realizada no Rio de Janeiro.

Finalmente, entre 19 e 22 de setembro de 1994, em Brasília, foi realizado o encontro dos representantes do Grupo Amazônico e do Grupo dos Três - Brasil, Colômbia, Equador, Peru, México e Venezuela. Essa reunião deu origem à “Declaração de Brasília”, documento que definiu as metas a seguir, a partir dos desafios comuns enfrentados em relação à promoção da leitura. Nesse documento, em síntese, aqueles países comprometeram-se a se articular de modo a promover ações conjuntas que permitissem a integração de suas políticas, respeitando, entretanto, a diversidade cultural.

Para entender as condições que provocaram uma ação como a que deu origem ao Proler, principalmente no que diz respeito ao compromisso solidário

com os demais países da América-Latina e Caribe, é importante considerar o alto índice de crianças que vivem “a experiência do fracasso escolar”<sup>94</sup> nesses países. Todos os esforços encetados para reverter essa situação têm sido insuficientes e se diluem por falta de recursos e/ou de continuidade. O Proler, ao criar um programa que possibilitasse maior integração, na busca de soluções para problemas comuns vividos por sociedades que têm a mesma origem colonial e que, por isso, enfrentam desafios semelhantes, tinha como objetivo o fomento de acordos internacionais de apoio e execução das políticas nacionais de leitura e o intercâmbio de informações e experiências entre os países latino-americanos.

À guisa de reflexão é interessante rever a história da colonização ibérica, nos países da América Latina, a partir do séc. XVI e as consequências dessa colonização para aquelas culturas. Esse exercício amplia o espectro do debate e permite entender em profundidade algumas ações que porventura tenham sido avaliadas superficialmente na história da criação do Proler. Para tanto, utilizo-me, especificamente, de dois referenciais teóricos: a obra de Manoel Bomfim, escrita nas primeiras décadas do século XX, especificamente o livro “A América Latina. Males de origem”, e o livro de Walter D. Mignolo, “Histórias locais/ projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, lançado em 2003. Ambos escritos por pensadores latino-americanos, ainda que estes tenham desenvolvido suas reflexões em momentos bem distintos historicamente.

O sentido dessa reflexão é abrir brechas para entender as origens de questões que se têm colocado como desafios intransponíveis para os latino-americanos, como a questão do domínio da leitura e da escrita pela população menos privilegiada economicamente.

No início do séc. XX, o ensaísta brasileiro, Manuel Bomfim, em textos inflamados e contundentes, apontava para algumas das consequências da colonização portuguesa no Brasil, que marcou nossa formação cultural, dando origem a um Estado tirânico e espoliador que, em síntese, representava: “incompetência, rapacidade, despotismo e oposição ao bem público”. Este Estado, cujo modelo era o próprio regime monárquico decadente da metrópole, não cumpriu suas funções sociais, nada fazendo para aperfeiçoar os serviços públicos. Desta forma “nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos foi oferecida ao povo: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público”<sup>95</sup>. Esta situação, segundo

o escritor, não apresentou grandes alterações com o advento da República, visto que o poder oligárquico se manteve e com ele os mesmos privilégios apenas para a elite.

Por entender a sociedade como agente das transformações de que carece com vistas à justiça social, Bomfim divisava apenas um caminho para atingir tais objetivos: a educação do povo. É de Manoel Bomfim a idéia de “subordinar a revolução à educação popular”. Acreditava ele que “a reversibilidade a partir do social e a guinada do processo histórico pode-se operar através de uma ideologia da educação”<sup>96</sup>.

Vivendo uma época em que “o Estado ainda era o foco principal dos ideólogos brasileiros, ele propunha a organização da sociedade” a partir da própria sociedade na construção da cidadania e da democracia. Outro aspecto instituinte de sua análise e que fica evidenciada nesta obra é a visão clara da hierarquização da sociedade e da exclusão do povo, e um dos seus méritos foi o fato de “colocar o povo e não a elite como centro da reflexão”<sup>97</sup>. Com bastante clareza e sensibilidade, ainda que com um aparato teórico inadequado, Bomfim alertou para a questão do racismo que, até àquela época, encontrava justificativa numa pretensa cientificidade, fundamentando-se na teoria das raças inferiores.

Hoje, quando se discute a política das cotas para negros e afro-descendentes, numa “política de ação positiva”, com o intuito de minimizar os efeitos da exclusão social, é importante lembrar que tais questões têm sido objeto de reflexão há mais de um século por vezes que, de certa forma, foram abafadas e lançadas no esquecimento pela crítica, como é o caso de Bomfim.

Esse contradiscurso ao pensamento hegemônico da época, ao criticar a “concepção de progresso do positivismo” e ao enfatizar a educação e sua promoção pelo Estado como meios de transformação social, ecoa, hoje, porém como discurso repetitivo e esvaziado, pois desacreditado, nas promessas dos políticos da atualidade, como bandeira de campanha.

Os efeitos da colonização têm sido discutidos, também, por Mignolo e merecem destaque nesta análise, visto que representam uma reflexão oportuna, ao focalizar a “subalternização dos saberes” dos povos colonizados em relação ao “verdadeiro saber como valor universal”<sup>98</sup> que seria uma conquista das nações hegemônicas.

Esta é uma das questões levantadas pelo autor ao identificar semelhanças entre o sistema colonial e a globalização, em nossos dias.

Já na introdução de seu livro, Mignolo fala do tema de nossos estudos: a leitura. A questão da leitura e da escrita remonta às origens coloniais dos países da América Latina.

No século 16, missionários espanhóis julgavam e hierarquizavam a inteligência e civilização dos povos tomando como critério o fato de dominarem ou não a escrita alfabética. (...) Ao se aproximar o fim do século 18 e 19, o critério de avaliação já não era a escrita, mas a história. Os povos sem história situavam-se em um tempo anterior ao presente. Os povos com história sabiam escrever a dos povos que não a tinham<sup>99</sup>.

Discutindo a questão da colonização, Mignolo estende essa colonização ao plano do conhecimento. O conhecimento também é colonizado. Quando se estuda uma cultura, a perspectiva utilizada é a da cultura hegemônica. Mignolo propõe à epistemologia ocidental uma gnosiologia que não esteja presa ao modelo ocidental, de modo que essas culturas periféricas saiam das margens e ocupem o centro, ainda que esse centro não seja um lugar fixo. Não se trata de substituir alguns conhecimentos por outros, mas de criar novos paradigmas para que a cultura do outro que tem sido, através dos séculos, objeto do conhecimento, passe a ser sujeito do conhecimento. Esta perspectiva reforça a reflexão feita anteriormente sobre o conceito de multirreferencialidade criado por Guattari<sup>100</sup>.

Foucault, citado por Mignolo em sua obra, ao discutir a questão, em aula inaugural no Colégio de França (1976-1980), introduziu a expressão “saberes subjugados”, para classificar “todo um sistema de conhecimento que foi desqualificado como inadequado para suas tarefas ou insuficientemente elaborado: saberes nativos, situados bem abaixo na hierarquia, abaixo do nível de cognição de cientificidade”<sup>101</sup>. Nesse sentido é que o Proler se instaura promovendo o resgate dessas vozes silenciadas, desses saberes subjugados.

Darcy Ribeiro, a quem Mignolo também faz referência, fala desses saberes como saberes subalternos. Mignolo lembra que essa noção, articulada por Darcy Ribeiro, nos anos 60, “torna visível a diferença colonial entre os antropólogos do Primeiro Mundo ‘estudando’ o Terceiro Mundo e os ‘antropologianos’, do Terceiro Mundo”, como se autodefinia Darcy, “refletindo sobre suas próprias condições geoistóricas e coloniais”<sup>102</sup>.

Considerando o atual processo de globalização, Mignolo o caracteriza como um projeto hegemônico para o gerenciamento do planeta. Entende que atrás do mercado como objetivo último de um projeto econômico que se tornou um fim em si mesmo existe uma nova forma de civilização. Lembra que “a expansão ocidental, a partir do séc. XVI, foi a expansão de um conceito representacional de conhecimento e cognição que se impôs como hegemonia epistêmica, política e ética”. Propõe, finalmente, “a busca de uma lógica diferente”<sup>103</sup>.

É em busca de uma outra lógica que o pesquisador latino-americano tem procurado desenvolver sua reflexão, uma lógica que dê conta de sua diversidade cultural, de suas peculiaridades e de suas necessidades.

São os desafios que se colocam na sociedade que impulsionam a demanda por novos caminhos. Assim tem ocorrido com o problema do acesso à leitura e à escrita na grande maioria desses países, que apesar de terem produção acadêmica de qualidade não tentam solucioná-lo sequer a longo prazo. Nessa situação se encontra o nosso país, recordista das últimas colocações internacionais nas estatísticas que avaliam a competência da população em leitura.

#### **4.4. A Produção Teórica do PROLER**

Entre 1992 e 1996 muito se produziu, entre artigos, ensaios e entrevistas acerca dos temas Leitura e Formação de Leitores, além dos textos teóricos que conduziram os debates dos Encontros Nacionais e dos Encontros Internacionais do Proler e que já foram citados anteriormente. Os primeiros documentos produzidos para o Proler por Eliana Yunes, orientadora e coordenadora da pesquisa e que deram origem aos pressupostos teórico-metodológicos e aos princípios pedagógicos que fundamentaram a criação do programa já foram registrados no primeiro item deste capítulo (Cf. p. 108).

Como Assessora Especial do Proler, a pesquisadora é a autora de todos estes documentos, que foram publicados de janeiro a maio de 1992, ainda que não tenham a sua assinatura. Isto facilitou para que a gestão que a substituiu, na Casa

da Leitura, em 1996, se apropriasse sem cerimônia de todo esse material e, com ligeiras alterações, o publicasse como se de sua autoria fosse.

Nos Anais da FBN de 1991, torna-se evidente que toda essa produção tem origem no trabalho da pesquisadora para subsidiar a criação do Proler, como se pode confirmar no trecho a seguir extraído daqueles documentos.

O Proler- Política de Incentivo à Leitura – foi criado com o objetivo de desencadear no país a noção de que a cidadania só pode ser exercida plenamente quando o brasileiro for um indivíduo bem informado e estiver inserido naturalmente na vida cultural do país. Por isto várias estratégias foram desenvolvidas sob a coordenação de Eliana Yunes, do Proler, numa ação integradora de várias entidades que trabalham com a questão da leitura<sup>104</sup>.

Eunice Negrís Lima, em sua Dissertação de Mestrado faz uma referência ao fato que ora se discute. Em sua pesquisa, após analisar o documento elaborado pela Comissão Coordenadora do Proler, em 2002, conclui que “as diretrizes do Proler descritas no documento de 2002 são apropriações efetivadas a partir do documento inicial criado e divulgado em 1992, ou seja, que a comissão que elaborou o documento de 2002 apropriou-se das linhas orientadoras propostas na primeira fase do programa”<sup>105</sup>.

#### **4.4.1. Textos Fundadores**

#### **4.4.2. Coleções**

Além dos textos fundadores, o Proler lançou três coleções em 1995:

- a coleção *Ler & Pensar*, que em seu primeiro número, *Leitura e Leitores*, apresenta textos dos professores Paulo Bernardo Vaz: *A um passo da barbárie*; Heidrun Krieger Olinto: *Leitura e Leitores: Variações sobre temas diferentes* e Tânia Dauster: *Nasce um leitor: Da leitura escolar à “leitura” do contexto*. O segundo número, *Leitura e Interpretação*, tem as

contribuições de Ari Roitman, psicanalista, com o texto *Freud Não Explica*; Gustavo Bernardo e Eni Orlandi, professores, que escreveram, respectivamente, *A interpretação suspeita* e *Dispositivos da interpretação*.

- a coleção Ler & Fazer que traz as histórias de leitura de escritores, bibliotecários, artistas e professores de vários estados e que participavam do Proler. Para este primeiro número contou-se com a participação de Luiz Antonio Aguiar, Nanci Gonçalves da Nóbrega, Maria Luiza de Almeida Lucci, Graça Paulino, João de Jesus Paes Loureiro, Sonia Rodrigues Mota, Maria de Lourdes Soares e Francisca Nóbrega.
- a coleção Bem-que-ler, editada em 1996, com participação de Marly Amarilha, discutindo o tema O professor e a Leitura.
- a coleção Lousa Mágica, apresentada como “o espaço para deixar vir à luz memórias de leituras, memórias de leitores”.
- Os Diários de Viagem, publicação que trazia o relato das experiências dos pesquisadores em seus deslocamentos pelas regiões do país. O número a que tive acesso traz os depoimentos de Carina Bandeira, Mariana Handofsky e Sérgio Rivero<sup>106</sup>.

#### **4.4.3. Informativos**

Entre os informativos há alguns números de publicações da Casa da Leitura/Proler e, também a de outros municípios que participavam do programa.

O jornal *Ao Pé da Letra* era uma publicação mensal do Proler. Iniciou-se em 1995. Sobraram do acervo do Proler o nº 1 - Ano I, de Dezembro de 1994, o nº 2, de Janeiro de 1995 e o nº 8, de Abril de 1996. Observa-se que não houve regularidade nessas publicações. O 2º número do jornal apresenta o balanço da promoção de leitura em 1994 através de um gráfico que mostrava o programa em desenvolvimento, em implantação e em articulação, cobrindo quase todo o país.

A *Folha da Casa de Leitura*, era a publicação mensal da Casa. Os números que fazem parte do acervo da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio demonstram

que foi o informativo que teve a vida mais longa e certa periodicidade. Em outubro de 1994, Ano I, saía o nº3. Em janeiro de 1995, Ano II, foram lançados o nº 6 e, em agosto, o nº 12.

O jornal *Entreler* teve três números publicados: o nº 1, em dezembro de 1994, o nº 2 em março/abril de 1995 e o nº 3 em junho/julho do mesmo ano. O primeiro número é apresentado através do seu editorial, sob a responsabilidade de Eliana Yunes e Francisco Gregório Filho.

Há dois anos sonhamos com a possibilidade de manter um diálogo permanente com profissionais da educação, que somos todos nós: pais, bibliotecários, animadores culturais e pedagogos, que temos um compromisso feliz com a leitura e consciência da importância de sua prática para a construção da cidadania.

Tendo como referência o *Hojas de Lectura*, que Silvia Castrillón aperfeiçoou na Colômbia, damos nosso primeiro passo para estes encontros bimestrais com todos aqueles que, envolvidos ou não com o *Proler* (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), se interessem pela questão da leitura. Nestas rápidas páginas, queremos suscitar o prazer de ler sobre a leitura com pequenas dicas e reflexões que permitam a cada leitor qualificar sua prática ou sua ação em favor de outros leitores. O tom de diálogo aberto quer mesmo suscitar correspondências e estimular a produção de textos que possam vir a compor este *Entreler*.

Em princípio, um artigo, uma entrevista, recomendações e informes sobre o que se passa na área aparecerão de dois em dois meses. A publicação estará a cargo da *Casa da Leitura* e conta com o apoio de agências financiadoras governamentais para impressão e distribuição à rede de escolas urbanas do país, além da rede de profissionais que faz articulações com o *Proler*. (*Entreler*, junho de 1994)

Há um artigo de Maria Luiza Lucci que faz uma avaliação da leitura na escola, questionando o papel da instituição na formação do leitor. Reporta ao problema que vivem os educandos que mesmo interessados na leitura nos primeiros anos perdem com o tempo todo o interesse pelos livros de histórias. A articulista discute, ainda, os equívocos da formação do professor, à luz de teóricos da leitura, e apresenta o viés instituinte que deve ser valorizado nas ações do professor.

É preciso observar que, como a vemos agora, a escola é plural e nós não somos um professorado incompetente [...] Existem professores descobrindo caminhos de ensino, independente das adversidades da profissão e da própria instituição que, às vezes, teimam em nos tentar à desistência. [...] A travessia é longa e requer de nós, professores, caminhos outros que não são os que nos têm dado alguns currículos escolares. E ler para/com nossos alunos deveria, sim, continuar pela vida afora [...] junto ao contar histórias. Esse é um desafio; mas desafios

sempre foram elementos vivos na trajetória de um professor. (Lucci, *Entreler*, junho de 1994).

A entrevista, nesse número, é feita com Francisco Gregório Filho e o tema é *Leitura, um direito de todos*. Em seu depoimento, o coordenador do Proler fala de algumas experiências que acontecem em alguns pontos do país e que não têm visibilidade. Fala, ainda, da importância das ações do Proler, mapeando e divulgando estas experiências e, ainda, levando contribuições e incentivo para que estes movimentos se fortaleçam e se multipliquem, que esta era a proposta do programa.

Tenho percorrido o país, tenho visitado alguns estados, algumas cidades, entrado em contato com instituições, pessoas... Há, no país, um movimento que, embora não se caracterize como movimento organizado, mostra iniciativas de promoção da leitura. Iniciativas isoladas. Seja através do professor da escola, de um determinado bibliotecário, ou de grupos de voluntários que trabalham com a promoção da leitura junto a populações confinadas.

Entre as experiências relatadas, a pedido do entrevistador, Gregório, desconcertado pelo pedido que considera “um pecado”, pois todas devem ser valorizadas, acaba selecionando algumas:

Poderíamos dizer dos vários grupos de voluntários que desenvolvem uma ação de promoção da leitura com populações confinadas: em penitenciárias, em asilos, em centros de recuperação, com crianças nas ruas... com grupos excluídos do convívio social. Grupos que trabalham em favelas, em áreas de extrema carência, percorrem essas áreas num esforço próprio, com cestas de livros, sacolas com livros, caixotes com livros, mochilas. Pessoas que vão com suas bicicletas... Há pessoas batendo de porta em porta e há uma resposta a isso. E há também profissionais de instituições diversas que trabalham voluntariamente em centros comunitários, centros paroquiais, sindicatos, associações de classe. Ainda encontramos professores, bibliotecários ou auxiliares de biblioteca, leitores que, apesar das adversidades sociais, desenvolvem, isoladamente, uma relação de afeto com os leitores, em tradicionais espaços da sociedade – escola e biblioteca – possibilitando a ampliação de repertórios e o contato desses leitores com as suas próprias leituras e as leituras do outro. (Gregório, *Entreler*, junho de 1994)

Na seção “Notícias” são dados informes sobre as ações do Proler na formação de recursos humanos, na dinamização de acervos, na formação da rede nacional de leitura. Na seção “Tirando da estante” há resenhas de obras de literatura, e também de produções teóricas na área da leitura. A seção “Ficção” traz um texto literário. Há, ainda, uma seção que, neste número, é dedicada a um levantamento da situação da Leitura no Rio de Janeiro, registrando os

depoimentos de Sonia Krammer e Solange Jobim, professoras da PUC-Rio e UERJ, que realizam uma pesquisa sobre o tema, tendo ouvido dezenove professoras da rede estadual de ensino com o objetivo de conhecer a experiência de leitura que estas professoras trazem para sua prática pedagógica.

O segundo número do “Entreler”, entre outros assuntos, traz longo artigo do fotógrafo Patrick Cosulich, sob o título “Rede de Linguagens”. A escolha do articulista não é gratuita. Vem ao encontro da proposta do Proler: apresentar a leitura em sua dimensão semiótica, que transcende a linguagem verbal. Há, ainda, neste número uma entrevista com Elmer Barbosa, na época, diretor do Departamento Nacional do Livro, também discutindo as diferentes linguagens sob o impacto das inovações tecnológicas, das várias mídias, que vêm ampliar o espectro da leitura.

No terceiro e último número do “Entreler”, a professora Vera Souza Lima entrevista o diretor da “Fundação Ler”, da Alemanha, Klaus Ring, trocando experiências acerca do trabalho de formação de leitores naquele país e no Brasil. Outro assunto interessante é o relato de algumas experiências de leitura realizadas em acervos, inusitados para quem vive em grandes cidades. Os salineiros de Areia Branca têm para cada morador um caderno onde “escrevem as histórias de suas vidas, atualizando-as sempre que desejarem. Esses relatos de vida ficam à disposição de quem quiser consultá-los”, registrando, assim, as memórias da história desse povo.

#### **4.5. Alguns dos Principais Núcleos de Ação**

O Proler, em sua atuação, no período de 1992 a 1996, participou da criação de mais de trezentos núcleos de ação. Muitos deles ainda desenvolvem suas atividades pautados pela orientação inicial do programa, outros se adaptaram às novas orientações e também apresentam trabalhos de boa qualidade como acontece com o núcleo de Araxá. Sua coordenadora justifica a sobrevivência do programa “sem o apoio do estado, porque sempre contou com o sangue de quem

vive o dia-a-dia na batalha para colocar o livro ao alcance de todos, através dos comitês regionais”. (Amália Dumont, questionário anexo).

Esta tem sido a realidade em muitos núcleos. Aqueles em que o programa se manteve dentro da perspectiva inicial também enfrentam dificuldades, conforme relata Heleusa Câmara no site do Proler-Uesb<sup>107</sup>. É devido ao esforço dos profissionais do magistério desse país, que continuam encarando a profissão como missão, apesar das lições de Paulo Freire, que ações para levar a leitura aos menos favorecidos continuam acontecendo.

Os núcleos apresentados a seguir foram escolhidos para exemplificar o trabalho do Proler (1992-1996), porque suas ações têm sido divulgadas, facilitando o acesso às informações.

#### **4.5.1. Vitória da Conquista**

O principal núcleo de ação do Proler, onde os cinco módulos puderam ser experimentados e que atingiu várias cidades do entorno foi indubitavelmente Vitória da Conquista. A cidade foi e continua sendo polo irradiador do programa, atingindo Jequié, Feira de Santana, Itapetinga. Para contar o início desta história recorro ao site do Proler/ UESB<sup>108</sup>, onde sua Coordenadora Regional, Professora Heleusa Figueira Câmara, registrou e sua equipe ainda mantém todas as ações que se desenvolveram e até hoje se desenvolvem nessas localidades com a vitalidade e a mesma força instituinte, promovendo a ampliação do Proler nas bases de sua criação.

No início de janeiro de 1992, o teatrólogo Francisco Gregório Filho, Coordenador Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura da FBN – Proler, visitou os municípios de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, onde estão situados os *campi* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, comprovando interesse por este programa. Em 10 de janeiro de 1992, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista o Proler foi instalado na Região Sudoeste da Bahia, através de termo de compromisso firmado entre a Fundação Biblioteca Nacional, a Itapetinga.

A partir desse convênio, iniciou-se o trabalho do Proler que em junho de 1992 realizou o primeiro módulo do programa, chamado Módulo Zero. A UESB sediou o evento em Vitória da Conquista, contando com a parceria da prefeitura da cidade e dos municípios de Jequié, Brumado, Anagé e Barra do Choça no aporte de recursos materiais de suporte ao evento como hospedagem, alimentação, passagens de ônibus e registro documental, ficando a cargo da FBN a responsabilidade pelas passagens aéreas e pró-labore dos 22 especialistas “provenientes de diversas instituições de ensino superior do Brasil, que trabalharam nos espaços teóricos e oficinas oferecidos no Seminário”<sup>109</sup>.

Participaram deste evento “150 professores que [...] atestam a qualidade e a importância deste programa para a região sudoeste”. Outro ganho deste evento foi a contratação “da Prof. Maria Lúcia Martins, da equipe do Proler da FNB pela UESB, por um ano para prestar assessoria aos Núcleos do Proler/UESB”<sup>110</sup>.

O segundo Módulo do Proler, Módulo I, ocorreu, nesta região, de 28 de junho a 01 de julho de 1993. O tema do Seminário foi *Leitura, Literatura e Interpretação*. O próprio Campus de Vitória da Conquista “congregou professores comprometidos com os objetivos da Política Nacional de Incentivo à Leitura”. Esta autonomia que se começa a esboçar define a organização de um grupo de autogestão, “sistema de organização da produção da vida social, no qual a organização e a gestão cessam de ser propriedade privada de alguns [...] para se tornarem propriedade coletiva” e tem seu enraizamento na “vida afetiva e na cultura” dos grupos<sup>111</sup>.

O Seminário de Leitura – Módulo I do Proler foi um grande momento na Região Sudoeste, não só pela qualidade do conhecimento discutido e divulgado como também pela interação vivenciada entre os representantes dos 16 municípios, integrantes desta política de leitura, com os conferencistas convidados pela Biblioteca Nacional, a comunidade acadêmica da UESB e demais participantes<sup>112</sup>.

O Módulo II, terceiro módulo, aconteceu também no Campus de Vitória da Conquista, de 26 a 30 de setembro de 1994. A temática era *Discurso, História, Interdisciplinaridade*. Houve a participação de 200 professores da região que trouxeram resultados do trabalho que já desenvolviam em suas escolas desde o 1º módulo, garantindo a qualidade dos Seminários.

Em dados numéricos, sete municípios participaram do Módulo Zero, em 1992; dezesseis, em 1993 e, em 1995, a parceria já beneficiava vários municípios da região.

Em pesquisa envolvendo os anos de 1995/1996, registram-se no programa os municípios de

[...] Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Brumado, Poções, Anagé, Barra do Choça, Jaguaquara, Itambé, Planalto, Manoel Vitorino, Ipiaú, Caculé, Caitité, Guanambi, Caraíbas, Gaporã, Ibiassucê, Paramirim e Nova Ibiá. “A rede integra: a universidade, com seus funcionários, professores e alunos; a comunidade; os historicamente excluídos da atenção social (presidiários, a população da zona rural, dos bairros periféricos, entre outros); a Fundação Biblioteca Nacional; as Prefeituras<sup>113</sup>”.

Entre as ações divulgadas nesse relato constam a implantação de um programa de rádio no Núcleo Coordenador Proler/UESB do Campus de Jequié; Grupos de Contadores de Histórias que visitam hospitais e as comunidades de base da periferia; o Jornal Dimensão de Itapetinga que publica textos produzidos pelos alunos das escolas municipais, incentivando-os a lerem suas produções.

Uma das ações relevantes que o Proler/UESB desenvolve, além das demais, é o Proler Carcerário, tema de uma das teses que fundamenta essa pesquisa. Através desta ação, o Proler firmou convênio com o Presídio Regional Nilton Gonçalves, levando aos presidiários a leitura e a escrita e incentivando-os na produção de livros e na participação de concursos de poesias. Alguns livros produzidos pelos presidiários já foram lançados.

O Proler Carcerário não surgiu com o Proler. Era uma ação coordenada pela Prof<sup>a</sup> Heleusa Câmara desde 1989. Como Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Vitória da Conquista, Heleusa Câmara trabalhava com voluntários que, entre outras ações, visitavam o presídio uma vez por mês. Na condição de pesquisadora, Heleusa sentiu-se desafiada a conhecer as histórias de vida desses detentos. Sua pesquisa, intitulada “Buraco da Fechadura”, foi incorporada ao Proler/UESB, em 1993, a partir de um acordo firmado entre o programa e o Presídio Regional Advogado Nilton Gonçalves. Esta iniciativa, segundo Cerqueira, faz parte da filosofia do Proler que sempre considerou as ações que já se desenvolviam nas comunidades, incentivando-as e incorporando-as ao programa de modo que se fortalecessem nessas trocas de experiência. Assim ocorreu com o Proler Carcerário<sup>114</sup> que “considera a leitura como uma das práticas

que melhor prepara as pessoas para a reflexão, para uma visão mais crítica do mundo”<sup>115</sup>. Dessa forma, uma das ações desenvolvidas no Proler Carcerário é o empréstimo de livros. Esta ação teve como retorno produções de textos de alguns presidiários e se transformaram em livros.

Fica o depoimento da Coordenadora Regional do Proler/UESB, que termina seu texto solicitando um olhar sensível das autoridades para que tenham o suporte necessário que lhes permita prosseguir em sua caminhada. Nesse depoimento Heleusa Câmara revela a importância do programa iniciado em 1992.

A nossa região constitui o ponto experimental do Proler no Brasil e os grupos de trabalho despontam na comunidade contando e ouvindo histórias, despertando a sensibilidade tão necessária a todos nós. A união dos municípios solidifica este projeto em nosso estado, e é disto que precisamos, a fim de que as leituras da nossa realidade contribuam para que busquemos juntos soluções para os graves problemas que enfrentamos, e para que, também, possamos interpretar melhor o que de bom, forte e bonito existe no espaço em que vivemos.

Outras teses de mestrado e doutorado têm sido produzidas a partir das questões vividas nessa experiência instituinte que tem sido o Proler/UESB, pois o trabalho se amplia cada vez mais. Este é um dos núcleos de permanência que manteve os princípios lançados pelo Proler 1992-1996.

#### **4.5.2. Salvador**

A experiência do Proler em Salvador iniciou-se em 1994, e desde 1992 havia o Comitê de Vitória da Conquista que abrangia 22 municípios do entorno. Para falar da experiência do Proler em Salvador recorro a Dolores Coni Campos.

Eu estava na Bahia, eu sou baiana, e naquele período, em 1994, eu estava na Secretaria de Educação, na Subgerência da Educação Infantil, mas eu estava já escapulindo porque eu tinha um sonho particular com essa questão da história, com essa questão da escuta das pessoas, quando me fizeram um convite para eu participar lá na Bahia de uma rede de leitura. E a reunião foi justamente num lugar onde eu tinha trabalhado, o Parque da Cidade, debaixo dos cajueiros, não tinha sede. Eu achei aquilo uma coisa impressionante. Naquele mesmo dia que eu fui nessa primeira reunião, na porta do Parque a Lúcia Carvalho me entregou um

papel e quando eu peguei esse papel falava assim nesse Proler, falava que ia acontecer uma reunião porque o Proler ia chegar lá e a próxima reunião dessa rede de leitura já ia ser na biblioteca Monteiro Lobato. (Dolores – Entrevista em anexo).

Ao se iniciarem os módulos, segundo Dolores, as parcerias, algumas vezes, eram com as Universidades, outras com a Secretaria de Educação do Estado, que contribuía cedendo o espaço, ou oferecendo o almoço, ou cedendo professores para fazer as palestras ou oficinas. A cargo do Proler ficava o pró-labore para os especialistas que eram convidados. Os especialistas eram de diferentes áreas: do teórico ao mambembe, como diz Dolores. Sua participação, inicialmente era como Contadora de Histórias, atividade que já desenvolvia nas escolas onde trabalhava e que não valorizava, não considerava que fosse uma ação qualificada. No Proler descobriu sua maior vocação e passou a desenvolver o que mais gosta de fazer até hoje, e que chama de “as minhas rodas de conversa: *Conversa vai, conversa vem, entre na roda você também*. Compreendeu, também, que muitas vezes as histórias atingem as pessoas, esclarecem algumas coisas, elucidam outras. E de cidade em cidade foi contando suas histórias.

Do que pude participar, eu participei de Feira de Santana, de Salvador, de Encantado, no Rio Grande do Sul. Eram mais de quinhentas pessoas em volta daquela questão. Os contadores de história pareciam mais atores, grandes autores, me lembro Augusto contava história da própria região. Havia encontro com escritor. Muitas vezes encontro com Bartolomeu. Muitas vezes com Sérgio Caparelli, Roseana Murray. Então era uma riqueza. Por onde o Proler passou, marcou. Tanto que depois que acabou, por todas aquelas questões políticas, a coisa não acabou. Lá na Bahia, por exemplo, eu assegurei a proposta.

Ao falar sobre a dissolução do programa, em 1996, lembra que sugeriu a continuidade das reuniões na Livraria da Torre, parceira do Proler, e conseguiu que o grupo de profissionais que compunha o comitê que lá se reunia tivesse um curso ministrado por Eliana Yunes. Desses encontros nasceu o livro *Pensar a leitura: Complexidade*, organizado por Eliana Yunes e Sérgio Rivero.

### 4.5.3. Goiás Velho

O trabalho desenvolvido pelo Proler em Goiás Velho iniciou-se com a tentativa de sensibilizar a população de Goiânia, mas não houve interesse maior em vista de, na condição de capital do estado, a cidade ter muitas instituições fortes que passaram a disputar a primazia do programa sem entender bem a sua proposta. Ebe e Goiandira, Professoras das Universidades Federal e Estadual de Goiânia, em 1994, acompanhadas da Diretora da Casa de Cora Coralina, vieram ao Rio e em conversa com os Coordenadores do Proler, na Casa da Leitura, decidiram fazer a experiência na cidade de Goiás, onde está situada a casa, que é um Centro Cultural.

Estabelecendo parcerias com a Delegacia Regional de Educação e com o município planejaram e executaram o Seminário de Sensibilização. Com uma equipe reduzida, mas formada por escritores, como Bartolomeu Campos de Queirós, dramaturgos, como Francisco Gregório e um profundo conhecedor da cultura popular como Fernando Lébeis, o evento teve muita repercussão. Envolveu o hospital, o quartel de polícia, o IPHAN e as escolas da cidade. Segundo Goiandira, "foi um marco na cidade, que estava vivendo um marasmo. [...] era uma cidade tida como berço da cultura goiana mas a fomentação cultural estava adormecida" (Entrevista em anexo).

O fato de o programa estar vinculado ao Ministério da Cultura deu-lhe maior crédito perante a sociedade que passou a se interessar, pois o evento tinha a chancela da Biblioteca Nacional.

A partir desse evento, os Círculos de Leitura passaram a fazer parte da programação de todos os sábados na Casa de Cora. O Comitê formado promovia Contação de Histórias em "uma sala muito bem ambientada", segundo Ebe, que, com duas funcionárias cedidas pelo estado, podia receber as crianças que freqüentavam o espaço com prazer.

O importante nessa experiência que foi o Proler na Cidade de Goiás é que a cidade passou a ser referência para quem queria discutir questões relativas à leitura. Enquanto em Goiânia apenas o Módulo Zero aconteceu, na Cidade de Goiás os eventos continuaram, mesmo depois da mudança que houve em

setembro de 1996, quando várias alterações foram impostas ao programa. Depois de muita discussão, o comitê conseguiu fazer, ainda, com o Proler, dois Seminários, mas a partir de então passou a funcionar autonomamente como “O Proler da Cidade de Goiás”.

Durante três ou quatro anos as atividades continuaram com bastante efervescência. Com a mudança de governo houve a mudança de algumas ações, pois a Secretaria de Educação criou o programa Engenho da Leitura. Mas o trabalho não parou. Hoje permanecem os cursos voltados para a formação de leitores nas Universidades de Formação de Professores, a escola Letras de Alfênim, criada nos moldes da proposta do Proler, e que já tem um coral, e várias atividades culturais com a participação da comunidade, como as tertúlias promovidas pelo grupo Fina Flor.

[...] eu tenho projetos na área da leitura, trabalho com alunos de graduação em nível de bolsa, porque voltado para o ensino e já fizemos muitas coisas, muitas apresentações, mas bem dentro do nível acadêmico, mesmo e agora esse ano nós criamos a Rede Goiana de Pesquisa em Leitura e em Ensino de Poesia que é a área em que eu atuo. E essa Rede Goiana tem vinculados vários projetos, por exemplo o da Ebe, lá em Goiás, o da UEG de São Luís, da Maria Severina, o da UEG de Anápolis e da Evangélica, também aqui em Goiânia. Então ela está tentando articular esses trabalhos voltados para a leitura e o ensino especificamente de um texto que é a poesia. Isso a gente tem feito. Essa Rede é reconhecida pela nossa fundação, pela FAPEG, e agora em julho nós ganhamos um financiamento de 50.000,00 que não saiu, ainda, um financiamento para montar a estrutura básica com aparelhos, com livros e a organização de um Seminário Nacional de Leitura aqui. (Goiandira)

Quanto aos desdobramentos acadêmicos foi criado o curso “Especialização em leitura: Leitura, teorias e práticas” que contou, em suas duas edições, com a presença dos profissionais do Proler (1992-1996). Esses cursos têm dado origem a várias monografias que se debruçam sobre a história do Proler em Goiás que, segundo Ebe, “se forem investigar onde têm vinculações, onde houve braços que alcançaram esta ação a partir da cidade de Goiás, teríamos essa dimensão, pois o trabalho se estendeu por muitos outros municípios” (Entrevista em anexo).

#### 4.5.4. Curitiba

Em Curitiba, a permanência do Proler se dá através da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que, na pessoa da Professora Marta Morais da Costa, Coordenadora Geral do evento, ofereceu os documentos que revelam o trabalho em prol da leitura que é desenvolvido na capital.

A partir da criação de “um grupo de pesquisa, registrado no CNPq, na linha de pesquisa “Leitura e literatura: teorias e práticas” com produção científica constante e relevante publicada em revistas especializadas e indexadas em livro”<sup>116</sup>, a Universidade iniciou, em 2002 a promover o SABERES, Congresso Paranaense de Leitura, que em sua primeira edição teve um público de aproximadamente 500 pessoas; na segunda, em 2003, um público de 600 pessoas. Em 2004 e 2005 ampliando a temática para a Leitura de Múltiplas Linguagens e alçando a condição de Congresso Nacional manteve o mesmo interesse desse público.

Marta Morais participou da experiência do Proler (1992-1996). Esta experiência se reflete nos objetivos que orientam os eventos; a dimensão semiótica da leitura, a transdisciplinaridade com a integração das diferentes áreas de conhecimento, a formação teórica consistente e constante, ampliando o espaço para as discussões sobre a leitura, de modo que a cidade de Curitiba se mantenha na posição de “polo de estudos avançados na área de conhecimento da leitura”.

Ao entrevistá-la pedi-lhe que elucidasse como se relacionara com a linha teórica do programa. Respondeu-me que aprendeu e não foi pouco, nem foi insignificante. Até hoje, a linha teórica do Proler está impregnada em tudo o que faz, e confessa :

[...] encontrei alguma dificuldade no início para compreender o embasamento teórico que dava cientificidade ao programa. Aos poucos, superada minha ignorância, pude perceber as razões e justificativas que alicerçavam todo o sistema. Hoje posso dizer, com um pouco mais de propriedade, que havia clareza na seqüência. Eu é que sofria de cegueira. (Marta Morais da Costa – Entrevista).

Isso se confirma na programação do SABERES – II Congresso Nacional de Leitura de Múltiplas Linguagens; e V Congresso Paranaense de Leitura

realizado entre 27 e 29 de setembro de 2006, no TUCA da PUC-PR, que entre outros temas discutidos apresenta a Conferência: *Histórias e memórias de leitor*, com Eliana Yunes; a Palestra: *Leituras e Memória*, com Francisco Gregório Filho, e a Conferência: *Acervos, memória e reserva simbólica*, com Nanci Gonçalves Nóbrega, profissionais que participaram da coordenação do Proler (1992-1996).

#### **4.5.5. São Mateus – Espírito Santo**

O Proler, no Espírito Santo iniciou-se em 1993 em várias localidades. Segundo documentação fornecida pelo Coordenador Geral do CEUNES- São Mateus, as reuniões para definir a implantação do programa foram convocadas por Francisco Aurélio Ribeiro, que fazia parte da Comissão do Proler –ES. Os encontros foram marcados para os dias 21 e 22 de outubro de 1993, de 9:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h, e realizados na Universidade Federal do Espírito Santo, no auditório do Centro de Estudos Gerais - CEG. Tiveram como pauta a síntese das idéias básicas discutidas nas reuniões anteriores; a apresentação dos princípios básicos do Proler; relatos, divulgando experiências em outros estados, mobilização dos interessados em participar como parceiros, formação de grupos a fim de debater sugestões para elaborar o primeiro módulo (Módulo Zero); plenária com apresentação dos resultados dos debates; sistematização de um programa definido a partir das idéias e sugestões dos grupos, elegendo-se para tal uma comissão relatora escolhida pelos presentes. Nessa ocasião foram definidas as atribuições de responsabilidades e as funções para a realização do Módulo Zero.

Foram convidados para esta reunião a ser realizada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Yunes, Assessora Especial da Biblioteca Nacional, as seguintes instituições: Banestes – UFES – SEDU – DEC – Prefeituras Municipais – Câmara Capixaba do Livro e escolas particulares. Estavam presentes, ainda, as representantes do Proler/ Fundação Biblioteca Nacional –RJ, Maria Luiza de Almeida Lucci e Rosane Lopes Silva Ceci. A intenção era formar o Proler do Espírito Santo.

A receptividade foi muito boa, visto que logo após a reunião alguns comitês foram formados como os de Vitória e São Gabriel da Palha, posteriormente, o de São Mateus, onde o primeiro módulo ocorreu no período de 25 a 29 de abril de 1994. O Módulo I aconteceu ainda em 1994 e o Módulo II entre 20 e 24 de novembro de 1995.

O módulo Zero compôs-se de três palestras realizadas sempre no horário de 14h às 18h, nos dias 26/04, 27/04 e 28/04. A primeira tinha como tema *Leitura e Cidadania*. O palestrante foi Francisco Aurélio e a debatedora, Nelly Duffles. A segunda, cujo tema era *Leitura e Linguagens*, foi proferida por Maria José de Oliveira, tendo como debatedores Nancy Nóbrega e Santinho Ferreira de Souza. A terceira teve como tema *O prazer de ler e saber*. Os palestrantes foram Celso Sisto e Rita Maia e o debatedor Rogério Andrade.

De 8h às 12h, diariamente, havia oficinas. Foram dez oficinas realizadas por profissionais da própria Universidade e do Proler. Cada oficina tinha um monitor e um supervisor, além do oficinheiro. As avaliações dos supervisores demonstram que o programa agradou. Houve críticas a alguns aspectos que fugiram das expectativas, mas, de modo geral, o resultado dessa primeira experiência, que teve 247 participantes, foi positivo, pois os comitês foram-se formando em outras localidades como Conceição da Barra, Linhares, Águia Branca e Nova Venécia.

Lendo a Dissertação de Mestrado de Eunice Negrís Lima, observa-se que os pressupostos teórico-metodológicos imprimidos pelo programa tiveram um efeito propulsor nas ações desenvolvidas nos municípios que aderiram à proposta, especialmente no que concerne aos Contadores de Histórias, que se multiplicam, tanto nas escolas quanto em espaços públicos. Nesse documento, a autora faz um balanço das representações e práticas de incentivo à leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2005, estabelecendo uma comparação entre o primeiro e o segundo momentos do Proler. Assim evidencia as possibilidades e os limites do programa, a partir das críticas que lhe foram feitas pelos estudiosos da leitura no país.

#### 4.6. A Avaliação do Programa

Os seis anos de vida do Proler estão documentados tanto nos relatórios elaborados pela Casa da Leitura, quanto nos Anais da FBN, entre 1991 e 1996. O último número desses Anais, já sob outra administração, utiliza os informes do trabalho desenvolvido pelo Proler naquele ano. Registre-se que a primeira ação da nova administração ocorre em dezembro de 1996.

Em 1991, o Presidente da FNB expõe os esforços feitos para ampliar os espaços da Biblioteca de modo a absorver vários acervos espalhados e, entre outros assuntos, presta contas das ações desenvolvidas no período, no que diz respeito ao Proler e ao sistema de bibliotecas.

Duas pontas de lança do DNL foram desenvolvidas. A reestruturação da rede nacional de bibliotecas que passaram a constituir o Sistema Nacional de Bibliotecas e o Proler (Programa para uma Política Nacional de Leitura) Realizamos vários encontros nacionais com os coordenadores estaduais, nos quais contamos com a presença de expressivo número de Secretários de Cultura dos Estados. Estamos convencidos de que é imprescindível passar para os Secretários de Cultura a nossa estratégia e projetos. Nosso objetivo é a melhoria dos chamados recursos humanos, uma vez que sem mudar a mentalidade dos funcionários que lidam com a cultura no país não se conseguirá mudar a política das bibliotecas.(p. 285) [...]

Nos Anais do ano de 1992, o Presidente, em seu relatório marca a importância do dia 13 de maio daquele ano,

[...] uma data três vezes importante para a Fundação Biblioteca Nacional em relação a um novo conceito de política cultural. Primeiramente porque aí se realizou, sob a direção do Secretário de Cultura da Presidência a República, Sérgio Paulo Rouanet, o seminário A Economia Política do Livro, que reuniu editores, escritores, fabricantes de papel, livreiros e jornalistas da área cultural para um balanço da situação do livro no país. [...] Neste mesmo dia foram publicados decretos presidenciais instituindo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Proler- Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Durante mais de um ano, a Fundação batalhou para que o governo se instrumentalizasse através desses dois mecanismos imprescindíveis à reformulação da própria política cultural do país.

Nesse documento são também explicitadas as ações que o Proler já exercia na própria FNB ao desenvolver o projeto *Prazer de Ler* que dedicava espaço para a formação de leitores “voltada para os funcionários que cuidavam da limpeza e

da manutenção daquele espaço. Semanalmente, às quartas-feiras, através de um leitor-guia, reuniam-se cerca de vinte funcionários para participar do Conto a Conto e Ouvindo Histórias”.<sup>117</sup>

Outras ações elencadas envolvem “um projeto conjunto com a Rede Ferroviária Federal para estabelecer programas de leitura nos espaços da Rede”, através da Estação da Leitura, que atenderia “os usuários da Central do Brasil, e o Vagão Leitura, que percorrer[ia] o interior do país”; houve também assinatura de convênio com o MEC com a finalidade de “capacitar recursos humanos em Vitória, Goiânia e Vitória da Conquista”<sup>118</sup>.

Nesse mesmo ano, iniciou-se na Bahia o módulo Zero do programa que teve a participação de “120 técnicos da área da cultura, educação e saúde” dos municípios de Brumado, Poções, Anagé, Vitória da Conquista e Itapetinga, contando, ainda com especialistas dos próprios locais onde aconteciam os módulos.

Desenvolveu-se, também o projeto Leitura na Livraria em colaboração com a Editora Francisco Alves que favoreceu os professores de seis escolas nos encontros com escritores como Rachel de Queiroz, Antônio Torres, Néida Piñon e outros. Foi também estabelecido apoio à instalação das bibliotecas do Projeto CIACs, através de estrutura programática para uma efetiva ação cultural naqueles espaços.

O relatório da Presidência da FBN em 1993 já faz referência a uma Política de Leitura, apresentando o Proler como o catalisador de várias iniciativas com vistas a fomentar a discussão de uma Política Nacional de Leitura, de implantar um Centro de Referência e Documentação especializado em promoção da leitura e de desenvolver um Centro de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos. Projetos como o Leia Brasil, patrocinado pela Petrobrás, já estavam trabalhando como parceiros do Proler e sob sua orientação.

Entre as iniciativas do Proler desenvolviam-se: *O Prazer de Ler*, agora estendido às Universidades, o *Projeto Leitura na Videoteca*, a *Janela de Leitura*, promovidos na Casa da Leitura já em franca atividade, fazendo empréstimos de livros à comunidade do entorno; mantendo programação intensa que envolvia a Contação de Histórias, durante a semana e também aos sábados e domingos, promovendo lançamentos de livros, encontros com autor e círculos de leitura. Além disso, a formação de recursos humanos, através dos módulos era uma

atividade constante. Fizeram o Módulo Zero, em 1993, as cidades de Goiânia (GO); Arcozelo (RJ); Viçosa (MG); Rio Branco (AC) e Vitória (ES). Em Vitória da Conquista aconteceu o Módulo I.

Os Anais de 1994 foram publicados em 1996 e já consta na folha de rosto a nova equipe que assumiu a FBN e o Proler a partir de agosto de 1996. Os eventos e ações, entretanto foram apresentados pelo Proler e os relatórios feitos durante a vigência de sua gestão, naquele ano.

Segundo o relatório da presidência, “o ano de 1994 foi de consolidação de idéias e de muito trabalho em torno do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler”. Vários estados já participavam das atividades envolvendo aproximadamente 9.000 pessoas, entre professores de 1º, 2º e 3º graus, estudantes, músicos e artistas plásticos, bibliotecários, auxiliares de biblioteca, animadores culturais, agentes de saúde e agentes comunitários.

A Casa da Leitura já estava organizada, abrangendo três áreas: O Centro de Práticas Leitoras, que realizara naquele ano mais de 250 atividades, atendendo a um público de 5.000 pessoas,; o Centro de Formação de Recursos Humanos, que realizara 15 seminários e mais de 30 reuniões de articulação e o Centro de Referência e Documentação que já tinha em seu acervo cerca de 15 mil itens, em suportes diversos. O projeto de capacitação de promotores capacitara em todo o país 3.975 especialistas em 107 cidades brasileiras”.

Nos Anais de 1995 consta que o Proler já articulara ações em 300 municípios, tendo criado 94 núcleos regionais. A Casa da Leitura mobilizara um público de 1620 pessoas. Nesse ano, também, o Centro de Referência e Documentação da Casa da Leitura iniciara o processo de informatização, o que facilitaria a formação de leitores “tecendo uma Rede de Leitura” e permitiria a implementação da futura base de dados do Centro.

Em 1996, os Anais traçam o perfil do Proler, apresentando a nova direção e as funções que cada setor da Casa de Leitura passaria a desempenhar a partir das orientações divulgadas então.

#### 4.7. A crise institucional

Para discutir a crise institucional através da qual o Proler se dissolveu recorro mais uma vez à Análise Institucional com o intuito de responder a um dos questionamentos que me desafiam desde o início da pesquisa. A dissolução do Proler (1992-1996) deu-se por autodissolução ou por heterodissolução?

Início minha reflexão recorrendo a Guattari:

Se a análise de uma instituição consiste em se determinar como tarefa abri-la à vocação de tomar a palavra [...] essa dimensão só pode ser posta em relevo em certos grupos que, deliberadamente ou não, tentam assumir o sentido de sua *praxis* e se instaurar como **grupo-sujeito**, colocando-se assim na postura de se assumir como agente de sua própria morte<sup>119</sup>.

A primeira cisão declarada do Proler ocorre em 1992, às vésperas de este ser instituído como Programa Nacional de Incentivo à Leitura, segundo se constata pelo depoimento a seguir.

Esse processo foi acontecendo... [ a compra do prédio que abrigaria a Casa da Leitura, sede do Proler ] até que um determinado momento teve 92, maio de 92 quando houve um grande evento na Biblioteca Nacional: foi criada a Câmara Setorial do Livro, aliás, recriada porque ela já existia bem antes. Tinha deixado de existir. É criada a Câmara Setorial do Livro com Affonso e tal, Ministro,... e naquela época eu já estava descontente com a forma que esse projeto que era da Fundação estava sendo levado por Eliana à Biblioteca Nacional, isso explicitadamente, abertamente. E naquele dia ficou muito claro que, pra mim, a Fundação não estava sendo considerada. E aí eu resolvi deixar isso claro e fiz um encaminhamento formal aqui e aí é que houve o rompimento, que você deve saber entre Eliana e eu. (Elizabeth Serra – Entrevista em anexo).

Outras questões delicadas quanto a esta dinâmica, em geral invisível e que acaba por surpreender, são reveladas no depoimento de Sérgio Rivero, em resposta à pergunta sobre as possíveis falhas observadas no programa. Segundo Rivero, os problemas podem ter surgido em virtude das escolhas dos parceiros ou talvez nas articulações.

Como separar os parceiros confiáveis dos parceiros oportunistas? [ Havia] uma certa falta de tranqüilidade interna. Por vezes, soube de ‘problemas’ com a Biblioteca Nacional, incomodada com a ‘República das Laranjeiras’... Acredito que essa falta de apoio da BN, motivada por competitividade, foi uma das

responsáveis por não segurar o tranco na hora do atrito final com o Ministério da Cultura.

Entendendo que o cisma já se manifestara no grupo, em sua gênese, encaminho a reflexão para conceitos também criados por Guattari acerca de grupos, que denomina grupos sujeitos e grupos sujeitados, a partir da leitura de sua obra feita por Deleuze<sup>120</sup>.

[...] os grupos sujeitados não estão menos nos mestres por eles adotados ou aceitos do que nas massas que os compõem; a hierarquia, a organização vertical ou piramidal que os caracteriza é feita para conjurar toda e qualquer inscrição possível de *nonsense*, de morte ou de estilhaçamento, para impedir o desenvolvimento de cortes criativos, para assegurar os mecanismos de autoconservação fundados sobre a exclusão dos outros grupos; seu centralismo opera por estruturação, totalização, unificação, substituindo as condições de uma “verdadeira enunciação” coletiva por um agenciamento de enunciados estereotipados, cortados ao mesmo tempo do real e da subjetividade [...] Os grupos sujeitos, ao contrário, se definem por coeficientes de transversalidade que conjuram totalidades, hierarquias; eles são agentes de enunciação, suportes de desejo, elementos de criação institucional; através de sua prática, eles não param de se defrontar com o limite de seu próprio *nonsense*, de sua própria morte ou ruptura. Ainda que se trate menos de duas espécies de grupo do que de duas vertentes da instituição, pois que o grupo sujeito está sempre trazendo o risco de se sujeitar, em um se crispar paranóico, através do qual tenta a todo custo, manter-se e eternizar-se como sujeito”<sup>121</sup>.

A par dessas reflexões pode-se lançar a hipótese de que o Proler (1992-1996) se assumiu como agente de sua própria morte, diante da insensibilidade ou desinteresse das autoridades para a necessidade de se instituir uma Política Nacional de Leitura no país. Apesar de terem apresentado várias propostas com alternativas possíveis para que o programa se firmasse com o devido suporte financeiro, não tiveram sucesso. Sabiam por experiências anteriores, que sem o apoio do Governo Federal não sobreviveriam, pois a maior parte das iniciativas sem esse suporte, a despeito das boas intenções, acaba esbarrando na questão financeira. Diante disso, consideravam indispensável que fosse garantida uma verba orçamentária especialmente direcionada para essa finalidade através de votação no Congresso Nacional. Antes que isto acontecesse, entretanto, a FBN começou a enfrentar dificuldades em função do atraso nos repasses das verbas já conquistadas e que lhe eram devidas.

Em 26 de junho, Affonso Romano de Sant’Anna, presidente da Fundação Biblioteca Nacional, envia uma correspondência ao então Ministro da Cultura Francisco Weffort, em que apresenta a “situação insustentável” vivida pela

instituição, diante do “corte financeiro e do contingenciamento” que lhe foram impostos pelo Governo.

Entre os compromissos elencados, destacava-se uma dívida, na praça, de oitocentos mil reais, e o pagamento aos prestadores de serviço, no montante de cento e vinte mil reais, relativo ao pagamento do mês em curso, o que inviabilizava o funcionamento da instituição, caso não fosse solucionada a pendência.

Segundo o poeta, para a sobrevivência de sua gestão seriam necessários, no mínimo, três milhões e seiscentos mil reais até o mês de setembro, quando, então, seria descontingenciada a quantia de um milhão e duzentos mil reais.

A carta é incisiva e contundente, chamando à responsabilidade as autoridades e não se intimidando diante do poder instituído. Registra a perda que a insensibilidade do Governo provocaria, atingindo trinta e dois mil militantes cadastrados nos trezentos municípios onde o Proler atuava, as quatro mil e cinquenta e seis bibliotecas do Sistema Nacional de Bibliotecas, que aguardavam treinamento e informatização, o encontro programado para o mês de agosto daquele ano, pela Biblioteca Nacional com diretores de bibliotecas e arquivos dos sete países de Língua Portuguesa e com vinte e dois diretores das bibliotecas nacionais ibero-americanas que compunham a ABINIA.

Relendo depoimentos de Affonso Romano Sant’ Anna, datados da época em que assumiu a presidência da FBN, pode-se ter a dimensão do trabalho que desenvolveu na instituição para recuperar as condições mínimas de uso. Em entrevista à Folha da Casa de Leitura, de outubro de 1994, o poeta relata algumas das transformações por que passou a instituição desde sua transformação em Fundação.

Assimilamos o antigo Instituto Nacional do Livro que tinha mais de cem funcionários em Brasília (ficamos só com meia dúzia); a Biblioteca Demonstrativa de Brasília passou a ser gerenciada por nós; ampliamos o espaço físico (três andares da Rua Debret, onde está a administração, o Proler em Laranjeiras, a restauração do anexo no Cais do Porto) e passamos a ser responsáveis pela exportação da literatura brasileira num trabalho conjunto com o Itamaraty. [Quanto às reformas do prédio, declara] Como não tínhamos recursos, lançamos a campanha “Procura-se um amigo culto”. Apareceram o Banco Real e a Fundação Roberto Marinho. Já recuperamos o telhado e as clarabóias ( pela primeira vez em 84 anos, não chove dentro da BN), inauguramos o saguão restaurado e, no dia 18 de dezembro, faremos um grande concerto com coro, orquestra e banda de música na Cinelândia reinaugurando a nova fachada. (...)

Trabalhamos sistematicamente. Era preciso ampliar o espaço físico, nós o fizemos. Era preciso melhorar a tecnologia, informatizamos a BN. Era preciso atuar em todo o país, criamos o Proler e o Sistema Nacional de Bibliotecas. Era preciso ativar o acervo, e recebemos mais originais e publicações do que no século inteiro. Hoje a BN entrou para a vida cultural do país e do cidadão carioca.

A instituição do Proler ocorreu em 13 de maio de 1992. A intenção de seus criadores era de que o programa se firmasse como uma Política Pública de Leitura, contando por isso com a criação de um fundo que desse o aporte financeiro necessário à sua implantação naqueles termos. Várias reuniões foram feitas em Brasília com a presença dos representantes do Proler, mas a votação da matéria no Congresso Nacional não ocorreu. Diante do caminho trilhado pelo Governo na avaliação e condução da proposta, o que o grupo previra aconteceu ao final de quatro anos. O suporte financeiro para lhe dar apoio, previsão inicial dos seus criadores, não se materializou e, dessa forma, não havia verbas para cumprir os compromissos assumidos, segundo depoimento de Affonso Romano de Sant'Anna. Impossibilitados de continuar o trabalho naquelas condições, os responsáveis por sua criação e instituição o viram tomar outra direção, de modo a atender as expectativas do Governo Federal, na pessoa do então ministro da Cultura Francisco Weffort. Dessa forma, o programa, nas bases em que havia sido idealizado, foi abortado e outra gestão com proposta diversa assumiu a presidência da Fundação Biblioteca Nacional e o Proler.

O Proler, em sua trajetória, em todos os aspectos, partiu de um movimento instituinte que vem carregado da potência transformadora. Através de agenciamentos de enunciação foi-se capilarizando por todo o país, atingindo os mais solitários rincões, onde só o compromisso irrestrito e solidário com o outro pode nos conduzir. Esse movimento não chegou a ser entendido em toda a sua dimensão. Fica, porém, a certeza de que o trabalho frutificou. Percebem-se as mudanças ao avaliar os projetos de leitura dos anos de 1996 e 1997 que concorreram ao Prêmio Viva Leitura, criado pelo MEC e que foram analisados por doze pesquisadores da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio. Nessa análise revela-se um esforço da sociedade em dar outro rumo à história da leitura no país.

Um aspecto relevante da crise vivida com a dissolução do Proler é que, ao ser divulgada, mobilizou a opinião pública, suscitando na sociedade e nas instituições de ensino, de modo geral, um debate inusitado sobre a questão da leitura e da formação de leitores e que ecoou, através da mídia impressa, em

artigos de jornais de grande circulação. Para um país que tem apresentado nas estatísticas nacionais e internacionais posições que o colocam em condição de subalternidade, em relação à leitura, diante de outros países com problemas bem mais complexos, essa experiência foi marcante e provocou muitas reflexões.

[...] inversamente o fracasso ou a interrupção brutal de uma experiência põem em destaque as resistências e a violência das reações desproporcionais contra a experiência. O fracasso torna-se então exemplar, porque ultrapassa o que mesmo a intenção ou as realizações mais audaciosas poderiam esperar ou temer”<sup>122</sup>

Este fragmento apresenta com propriedade as brechas que o poder instituído não tem condições de disfarçar e que a capacidade de resistência dos movimentos instituintes permite que sejam utilizadas com o vigor que os orienta na transformação da sociedade sob a égide de relações mais humanas e solidárias, pautadas no compromisso ético do respeito aos direitos de toda a sociedade a condições materiais dignas e ao acesso irrestrito ao patrimônio cultural construído pela humanidade.

## NOTAS

- <sup>1</sup> OITICICA, Ricardo. Entrevista.
- <sup>2</sup> VIEIRA, Sofia. 2007: 148
- <sup>3</sup> CUNHA, 1991: 266 apud Vieira, 2007: 161
- <sup>4</sup> VIEIRA, Sofia. *ibid.* 2007:159-164
- <sup>5</sup> *Id. ibid.*
- <sup>6</sup> *Op. cit.*
- <sup>7</sup> ROSA, 2006, p.187
- <sup>8</sup> *Id., ibid.*
- <sup>9</sup> RIVERO, Sérgio. Folha da Casa da Leitura. Agosto de 1995. Ano II, nº 12.
- <sup>10</sup> A FNLIJ, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, é uma instituição de direito privado, de utilidade pública federal e estadual, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover a leitura e divulgar o acervo de literatura infantil e juvenil, nacional e internacional. Tem como parceira a Internacional Board on Books for Young People- IBBY, sediada em Zurich, na Suíça.
- <sup>11</sup> YUNES, Eliana. *Ação Programática do Proler*. FNB, 1995.
- <sup>12</sup> YUNES, Eliana, *idem.*
- <sup>13</sup> Estes documentos fazem parte do anexo desta pesquisa.
- <sup>14</sup> YUNES, Eliana. *Por uma Política Nacional de Leitura.*, 1992
- <sup>15</sup> YUNES, 2008
- <sup>16</sup> YUNES, doc Notícias, 9:2
- <sup>17</sup> Anais da Biblioteca Nacional, 111: 285, 1991. (*Programa para uma política nacional de leitura*)
- <sup>18</sup> YUNES, Eliana. *Ação Programática do Proler*, FBN, 1995
- <sup>19</sup> *Op. cit.*
- <sup>20</sup> Marly Amarilha. Entrevista
- <sup>21</sup> YUNES, Eliana. *Por uma Política Nacional de Leitura*. FBN, 1992
- <sup>22</sup> RIVERO, Sérgio. Folha da Casa da Leitura. Agosto de 1995. Ano II. Nº 12.
- <sup>23</sup> *Ao Pé da Letra*, 96/97, p. 9
- <sup>24</sup> *Cadernos de Leitura*. Proler/FNB, dezembro de 1994
- <sup>25</sup> BARBIER, René (1985, p. 156)
- <sup>26</sup> *Cadernos de Leitura*
- <sup>27</sup> ROCHA, Marisa. *A pesquisa-intervenção*. (p.657),
- <sup>28</sup> MARASCHIN, C. *Pesquisar e intervir*, 2004: 1-13
- <sup>29</sup> YUNES, Eliana. *Para entender a proposta do Proler*, FBN, 1992.
- <sup>30</sup> YUNES, Eliana. *Por uma política nacional de leitura*:11.
- <sup>31</sup> *Id. ibid.*
- <sup>32</sup> *Id. ibid.*
- <sup>33</sup> YUNES, 2002, p. 13-52
- <sup>34</sup> YUNES, Eliana. *Para entender a proposta do Proler*, *ibid.*
- <sup>35</sup> *Id. ibid.*
- <sup>36</sup> DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das Ciências da Linguagem*: 116.
- <sup>37</sup> *Id. ibid*: 118.
- <sup>38</sup> BARROS. *Teoria semiótica do texto*, p. 7.
- <sup>39</sup> *Id. ibid*: 7-8
- <sup>40</sup> *Texto Leitura e escrita*: 9
- <sup>41</sup> *Caderno de Leitura*. Vol. I, 1994, p. 24.
- <sup>42</sup> André Lázaro, na época, era doutorando em Comunicação.
- <sup>43</sup> *Caderno de Leitura*. Vol, 1994, p. 61.
- <sup>44</sup> LÁZARO, André. *Ler*, 1994:139.
- <sup>45</sup> LOURAU, René. UERJ, 1993. Palestra.
- <sup>46</sup> *Id. ibid.* :11
- <sup>47</sup> GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1996: 36
- <sup>48</sup> *Id. ibid*: 45
- <sup>49</sup> JAPIASSÚ, 2001: 251
- <sup>50</sup> Documento elaborado em 1996, em São Paulo, com o fim de intensificar a discussão sobre o estabelecimento de uma política nacional de incentivo à leitura, A Câmara Setorial do Livro e o

Proler realizaram reuniões para tratar do tema. O documento a que nos reportamos foi o resultado do GT1. Brasil, 1996: 2.

<sup>51</sup> Yunes, 2002, p. 19.

<sup>52</sup> BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*: 28

<sup>53</sup> Id. Aula 16-18

<sup>54</sup> YUNES. *Pelo avesso: a leitura e o leitor*, 1993.

<sup>55</sup> YUNES. *Memória, leitura e ficção: "Recordar é viver"*

<sup>56</sup> YUNES. *Pelo avesso : a leitura e o leitor*.

<sup>57</sup> ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*, 2002, p. 9-25.

<sup>58</sup> A entrevista na íntegra compõe os anexos dessa tese.

<sup>59</sup> A peça foi escrita por Brecht entre 1938 e 1939. Não fiquei com cópia do texto que Amir tinha em mãos. Anos mais tarde, ganhei de presente o livro *Bertolt Brecht – Teatro Completo 6*, volume que tinha o texto traduzido por Roberto Schwarz.

<sup>60</sup> ORLANDI, Eni, p. 21

<sup>61</sup> Id., *ibid*.

<sup>62</sup> BUTLEN, Max *apud* Soares, 2002.

<sup>63</sup> (1991), Smith

<sup>64</sup> SMITH, Frank. *Op.cit.* Prefácio à 4ª edição.

<sup>65</sup> Id. *ibid*.

<sup>66</sup> *Transgressão e mudança na educação*. Artmed, Porto Alegre, 1998.

<sup>67</sup> BRANDÃO, Carlos, 1981:43.

<sup>68</sup> Id. *ibid*.

<sup>69</sup> OLINTO, H.Krieger, *Histórias de Literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo, Ática, 1993:7

<sup>70</sup> BULST *apud* Jauss, 1987.

<sup>71</sup> JAUSS, 1987

<sup>72</sup> Id. *ibid*. 1996: 25-67

<sup>73</sup> OLINTO, Heidrun Krieger. *Op. cit.* 1993: 6

<sup>74</sup> ISER, Wolfgang. *O ato de ler*, vol. 2, São Paulo, Editora 34, 1996.

<sup>75</sup> Id. *ibid*: 51

<sup>76</sup> Id. *ibid*

<sup>77</sup> Id. *ibid*

<sup>78</sup> Id. *ibid*: 51-52

<sup>79</sup> Id. *ibid*: 53

<sup>80</sup> Id. *ibid*: 54-60

<sup>81</sup> Id. *ibid*

<sup>82</sup> RICOEUR, Paul. *O conflito das Interpretações. Ensaios de Hermenêutica*. Porto, Rés Editora Ltda.

<sup>83</sup> RIBEIRO, João Amaral. *Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur*. Lisboa, Edições Rumo Ltda., 2002: 8.

<sup>84</sup> Id. *ibid*: 7-8

<sup>85</sup> Id. *ibid*.

<sup>86</sup> LISPECTOR, Clarice. *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro, Record, 1975.

<sup>87</sup> BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. p. 48-49

<sup>88</sup> Id. *ibid*.

<sup>89</sup> YUNES, *Pelo avesso: a leitura e o leitor*, 1993

<sup>90</sup> *Caderno de Leitura*. Fundação Biblioteca Nacional. Proler- Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Ano I Vol. I N° 0, Rio de Janeiro, dezembro de 1994.

<sup>91</sup> YUNES, Eliana. *Para entender a proposta do Proler*. Rio de Janeiro, 1992.

<sup>92</sup> Id. *ibid*.

<sup>93</sup> *Reuniões Internacionais de Políticas de Leitura*, FNB/PROLER

<sup>94</sup> Id. *ibid*: 15

<sup>95</sup> BOMFIM, Manuel. *A América Latina. Males de origem*., 1993.

<sup>96</sup> Id. *ibid*.

<sup>97</sup> ALVES FILHO *apud* BOMFIM, *Op.cit.* 1993.

<sup>98</sup> MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais*. Rio de Janeiro, Ed. UFMG, 2003.

<sup>99</sup> Id. *ibid*.

<sup>100</sup> GUATTARI, Félix *op.cit*: 48

<sup>101</sup> Id. *ibid*.

<sup>102</sup> Id. *ibid*.

- 
- <sup>103</sup> Id. *ibid.*
- <sup>104</sup> Anais da Fundação Biblioteca Nacional, 1991.
- <sup>105</sup> LIMA, Eunice Negrís. Representações e Práticas de Incentivo à Leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2005. Dissertação de Mestrado. Vitória, UFES, 2005:112-113.
- <sup>106</sup> Todos os documentos utilizados nessa tese estão à disposição de pesquisadores na Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio.
- <sup>107</sup> [www.uesb.br/proler/proler.html](http://www.uesb.br/proler/proler.html)
- <sup>108</sup> Informação capturada no site do PROLER/ UESB em 01/03/2007
- <sup>109</sup> CÂMARA, Heleusa Figueira, relato capturado no site da Instituição em 03/03/2007.
- <sup>110</sup> Id. *ibid.*
- <sup>111</sup> BARBIER, René. A pesquisa-ação. Liber Livro, Brasília, 2007.
- <sup>112</sup> CÂMARA, Heleusa Figueira, *ibid.*:2
- <sup>113</sup> CERQUEIRA, Márcia Santos. A Leitura como forma de luta contra a exclusão social: um estudo de caso sobre o Proler Carcerário, PUC-SP, 1997.
- <sup>114</sup> CERQUEIRA, Márcia Santos. *A leitura como forma de luta contra a exclusão social*. Dissertação de Mestrado. PUC-São Paulo, 1997: 69.
- <sup>115</sup> CÂMARA, Heleusa In CERQUEIRA, Márcia Santos. *A leitura como forma de luta contra a exclusão social*. Dissertação de Mestrado. PUC-São Paulo, 1997: 71
- <sup>116</sup> SABERES. V CONGRESSO PARANAENSE DE LEITURA (Apresentação).
- <sup>117</sup> Anais da BN: 286
- <sup>118</sup> Id. *ibid.*
- <sup>119</sup> GUATTARI, Felix. 1987: 98
- <sup>120</sup> Id. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977: 104 (N. do Trad.)
- <sup>121</sup> In Trois Problèmes de Groupe” – prefácio à *Psychanalyse et Transversalité*.
- <sup>122</sup> LOURAU, In Altoé, 2004:102